Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por avanços expressivos para a Orizon Valorização de Resíduos S.A. (“OrizonVR”), consolidando ainda mais nossa liderança no setor de tratamento e destinação final de resíduos e acelerando nossa atuação em soluções ligadas à transição energética e economia circular.

Expandimos nossa presença geográfica para 17 ecoparques em 12 estados brasileiros, fortalecendo nossa capilaridade e ampliando nossa capacidade de gerar valor ambiental, social e econômico em escala nacional. Essa expansão foi acompanhada por um ambiente regulatório cada vez mais favorável, com marcos relevantes como o avanço nas discussões sobre o mercado regulado de carbono no Brasil, a promulgação da Lei do Combustível do Futuro e a decisão do Supremo Tribunal Federal que garantiu a continuidade de aterros sanitários em Áreas de Preservação Permanente, garantindo segurança jurídica e operacional ao setor.

Em 2024, crescemos de forma consistente — tanto organicamente quanto por meio de aquisições estratégicas — lançando as bases para um futuro ainda mais promissor. Fortalecemos nossa posição como protagonistas na agenda de resíduos, descarbonização e economia circular, ampliando nosso impacto positivo junto a clientes, comunidades e ao país.

Nas iniciativas de biometano, avançamos com o anúncio de cinco novos projetos, sendo dois em aterros próprios (com biogás anteriormente de terceiros) e três em aterros de terceiros. Também firmamos dois contratos de longo prazo para venda de biometano, consolidando nosso compromisso com soluções energéticas limpas e sustentáveis.

Na frente de crescimento inorgânico, realizamos nossas primeiras aquisições nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, ampliando nossa presença no Nordeste. Além disso, concluímos a aquisição das térmicas de terceiros instaladas em nossos aterros de Pernambuco e Paraíba — um movimento estratégico que viabilizou a mudança no uso do biogás, anteriormente destinado à geração de energia elétrica, para a produção de biometano.

O desempenho financeiro de 2024 refletiu essa trajetória de crescimento. A receita líquida consolidada alcançou R$ 903,4 milhões, um aumento de 16% em relação ao ano anterior, impulsionado pela valorização dos preços no segmento de destinação final, pelo crescimento das receitas com biogás e biometano e pela comercialização de 1,1 milhão de créditos de carbono. O EBITDA totalizou R$ 433,6 milhões, com crescimento de 21% e margem de 48,0%, enquanto o lucro líquido chegou a R$ 74,5 milhões — números que confirmam nossa capacidade de crescer com eficiência operacional e financeira.

Na dimensão ambiental, social e de governança (ESG), aprofundamos ainda mais nosso papel como agente transformador dos territórios onde atuamos. O Instituto Orizon, nosso braço social, expandiu sua atuação em 2024 com iniciativas voltadas à educação ambiental, cultura da circularidade e de baixo carbono, inclusão produtiva e promoção da cidadania nas comunidades do entorno dos nossos ecoparques. Esses projetos têm contribuído diretamente para a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas, promovendo desenvolvimento local com impacto real e mensurável.

Reforçamos também nossa governança corporativa, com aprimoramentos em processos decisórios, transparência e integridade, alinhando a Companhia às melhores práticas do mercado e fortalecendo a confiança de nossos públicos estratégicos. A pauta social é, cada vez mais, um pilar estruturante do nosso modelo de negócios, que valoriza as pessoas, respeita os territórios e promove soluções sustentáveis com responsabilidade e visão de longo prazo.

Para 2025, seguimos com uma agenda robusta de crescimento inorgânico, com diversas oportunidades de aquisição em análise, que poderão ampliar ainda mais nosso banco de lixo e nossas plataformas de valorização. No pilar de transição energética, destacamos o início da operação das nossas duas primeiras plantas de biometano voltadas ao uso industrial, localizadas em Jaboatão dos Guararapes (PE) e Paulínia (SP), além da expectativa de novos contratos de fornecimento ao longo do ano. Já na economia circular, a Companhia deve avançar com iniciativas em um novo formato, no qual o envolvimento dos governos locais será fator-chave para viabilizar economicamente futuras plantas de reciclagem. Essa evolução reforçará nosso compromisso com soluções estruturantes e sustentáveis para a valorização de resíduos nas cidades brasileiras.

Agradecemos aos nossos colaboradores, conselheiros e acionistas pela confiança, parceria e compromisso ao longo de mais um ano que se encerra. Seguiremos firmes no nosso propósito de sermos uma das consolidadoras do setor no Brasil, contribuindo de forma concreta para a construção de um futuro mais sustentável, eficiente e justo para todos.

Atenciosamente,

Milton Pilão Jr.
CEO

Leonardo Santos
CFO e DRI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ("DFP") relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de dezembro 2024 e 2023.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	2024	AV%	2023	AV%	AH%
Receita operacional líquida	903.473	100,00%	776.276	100,00%	16,39%
Custos dos serviços prestados	(489.926)	-54,23%	(528.599)	-68,09%	-7,32%
Lucro Bruto	413.547	45,77%	247.677	31,91%	66,97%
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(164.183)	-18,17%	(132.723)	-17,10%	23,70%
Outras receitas (despesas) líquidas	9.067	1,00%	63.706	8,21%	-85,77%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	258.431	28,60%	178.660	23,02%	44,65%
Resultado de equivalência patrimonial	14.687	1,63%	11.060	1,42%	32,79%
Resultado financeiro, líquido	(170.770)	-18,90%	(118.804)	-15,30%	43,74%
Receitas Financeiras	58.643	6,49%	80.387	10,36%	-27,05%
Despesas Financeiras	(229.413)	-25,39%	(199.191)	-25,66%	15,17%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	102.348	11,33%	70.916	9,14%	44,32%
Imposto de renda e contribuição social	(27.872)	-3,08%	(20.749)	-2,67%	34,33%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(33.704)	-3,73%	(34.665)	-4,47%	-2,77%
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.832	0,65%	13.916	1,79%	-58,09%
Resultado do período	74.476	8,24%	50.167	6,46%	48,46%

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R$903.473 mil comparativamente a R$776.276 mil no mesmo período de 2023, o que representou aumento de R$127.197 mil ou 16,39%. Esse aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores:

I. Tratamento e destinação final: aumento de R$69.747 mil ou 12% entre exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024 e o mesmo período de 2023, passando de R$585.021 mil em 2023 para R$652.768 mil em 2024, devido a aumento no preço médio dos resíduos recebidos nos ecoparques.

II. Energia, biogás e créditos de carbono: aumento de R$53.858 mil ou 46% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e o mesmo período de 2023, passando de R$ 116.748 mil para R$170.696 mil no exercício social encerrado de 2024 devido principalmente a comercialização de créditos de carbono de R$37,4 milhões no terceiro trimestre de 2024;

III. Beneficiamento de resíduos e WtE: aumento de R$11.797 mil ou 26% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024 e o mesmo período de 2023, passando de R$45.373 mil para R$57.170 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024 foi de R$489.926 mil comparativamente a R$528.599 mil no período de 2023, o que representou uma redução de R$38.673 mil ou 7,32%. O custo dos serviços prestados representou 54,23% e 68,09% da receita líquida exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024 e 2023, respectivamente.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024, o lucro bruto atingiu R$413.547 mil, em comparação com R$247.677 mil no exercício social encerrado em 2024, resultando em um aumento de R$165.870 mil ou 66,97%. Esse lucro bruto representou 45,77% da receita líquida em 2024, em comparação com 66,97% em 2023. Essa variação foi principalmente devido devido principalmente a (i) comercialização de créditos de carbono; (ii) aumento no preço médio no segmento de tratamento e destinação final, e (iii) reversão do resultado do segmento de beneficiamento de resíduo.

Despesas gerais, administrativas e com vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024, as despesas gerais, administrativas e com vendas foram de R$164.183 mil, um aumento de R$31.460 mil em comparação com os R$132.723 mil registrados no mesmo período de 2023, representando um aumento percentual de 23,70%. Essas despesas constituíram 18,17% da receita operacional líquida em 2024 e 17,10% em 2023, e abrangem os custos administrativos, comerciais e operacionais, tanto diretos quanto indiretos.

Outras receitas, líquidas

As outras receitas, líquidas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024 somaram R$9.067 mil comparativamente a outras receitas líquidas de R$63.706 mil do período de 2023. Essa redução se deve principalmente ao ganho de capital da alienação societária de 51% do capital da Biometano Paulínia Verde auferido no 2023.

Resultado financeiro, líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024, o resultado financeiro líquido foi uma despesa financeira de R$170.770 mil, um aumento de R$51.966 mil ou 43,74% em comparação com os R$118.804 mil registrados no mesmo período de 2023. O resultado financeiro líquido representou 18,90% da receita operacional líquida em 31 de dezembro 2024, em comparação com os 15,30% registrados em 30 de dezembro de 2023. Esse aumento deve-se principalmente aà estruturação de novas emissões e financiamentos para os projetos em implantação e a elevação das taxas de de juros no período.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024 foi positivo em R$14.687 mil comparativamente a R$11.060 mil no mesmo período de 2023, o que representou um aumento de R$3.627 mil. Esse aumento se deve aos resultados de suas investidas, conforme detalhado em nota explicativa.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024 foi de R$102.348 mil comparativamente ao lucro de R$70.916 mil de 2023, o que representou um aumento de R$31.432 mil. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 11,33% da receita operacional líquida no período findo em 31 de dezembro 2024. Esse aumento reflete os efeitos acima mencionados.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024 foram de R$27.872 mil comparativamente a R$20.749 mil do mesmo período de 2023, o que representou uma redução de R$7.123 mil ou 34,33%. Em termos percentuais, o imposto de renda e contribuição social representaram 3,08% da receita líquida em 2024 e 2,67% em 2023.

Resultado do período

O resultado do trimestre foi de lucro de R$74.476 mil comparativamente ao lucro de R$50.167 mil de 2023, o que representou um incremento de R$24.309 mil no resultado da Companhia. O lucro líquido de período findo em 31 de dezembro 2024 representou 8,24% da receita operacional líquida enquanto o mesmo período de 2023 foi de 6,46%. Esse aumento é atribuído substancialmente aos itens destacados acima.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro 2024. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (“DFP”).

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da DFP relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Shape the future
with confidence

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**3.488**	36.299	**493.299**	289.426
Títulos e valores mobiliários	4	**-**	16.506	**108.524**	33.608
Contas a receber de clientes	5	**-**	-	**194.288**	184.168
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	**4.666**	4.175	**50.927**	30.042
Outros ativos circulante	8	**1.923**	2.106	**64.710**	55.392
Total do ativo circulante		**10.077**	59.086	**911.748**	592.636
Não circulante					
Títulos e Valores Mobiliários	5	**-**	-	**42.402**	-
Contas a receber de clientes	5	**-**	-	**59.975**	48.572
Partes relacionadas	7	**360.355**	360.011	**9.478**	3.006
Depósitos judiciais e cauções	17	**-**	-	**6.066**	10.938
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.c	**-**	-	**79.973**	76.287
Investimentos	9	**969.911**	839.952	**112.801**	98.957
Imobilizado, Líquido	10	**-**	-	**1.556.269**	920.767
Intangível	11	**-**	-	**450.867**	465.870
Direito de uso	12	**-**	-	**98.549**	40.670
Outros ativos não circulante	8	**-**	-	**6.070**	4.641
Total do ativo não circulante		**1.330.266**	1.199.963	**2.422.450**	1.669.708
Total do ativo		**1.340.343**	1.259.049	**3.334.198**	2.262.344

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**62.634**	-	**140.957**	45.583
Arrendamentos	12	**-**	-	**45.319**	29.057
Fornecedores	13	**419**	1.295	**106.723**	59.533
Outorgas a pagar	14	**-**	-	**12.502**	14.818
Salários e encargos sociais	15	**1.737**	1.278	**32.093**	25.248
Impostos e contribuições a recolher	6.b	**788**	787	**42.905**	37.120
Parcelamento de impostos	16	**3.391**	564	**24.544**	19.011
Adiantamento a clientes	18	**-**	-	**8.561**	3.976
Contas a pagar	19	**-**	-	**5.830**	18.394
Outros passivos circulantes	8	**12**	15	**3.659**	5.691
Total do passivo circulante		**68.981**	3.939	**423.093**	258.431
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**438.432**	487.076	**1.726.341**	1.079.806
Arrendamentos não circulante	12	**-**	-	**62.382**	23.329
Parcelamento de Impostos	16	**8.609**	13.845	**41.286**	63.901
Provisão para perdas em investimentos	9	**-**	-	**158**	158
Passivo com partes relacionadas	7	**42.485**	44.045	**3.426**	20.949
Provisão para contingências	17	**-**	-	**19.091**	21.477
Pis e cofins diferidos	6.e	**3.680**	4.139	**3.680**	4.139
Adiantamento a clientes	18	**-**	-	**150.000**	-
Contas a pagar	19	**-**	-	**-**	22.463
Outros passivos	8	**-**	-	**30.870**	23.098
Total do passivo não circulante		**493.206**	549.105	**2.037.234**	1.259.320
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a	**1.091.127**	1.091.127	**1.091.127**	1.091.127
Reserva para investimentos	20.b	**453.262**	453.262	**453.262**	453.262
Ajuste de avaliação patrimonial	20.c	**10.359**	10.359	**10.359**	10.359
(-) Prejuízos acumulados	20.e	**(787.846)**	(848.743)	**(787.846)**	(848.743)
Outros resultados abrangentes		**11.254**	-	**11.254**	-
		778.156	706.005	**778.156**	706.005
Participação de controladores		**778.156**	706.005	**778.156**	706.005
Participação de não controladores		**-**	-	**95.715**	38.588
Total do patrimônio líquido		**778.156**	706.005	**873.871**	744.593
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.340.343**	1.259.049	**3.334.198**	2.262.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita operacional líquida	21	**39.076**	-	**903.473**	776.276
Custo dos serviços prestados	22	**(12.267)**	-	**(489.926)**	(528.599)
Lucro bruto		**26.809**	-	**413.547**	247.677
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	**(22.850)**	(21.747)	**(164.183)**	(132.723)
Outras receitas (despesas), líquidas		**5.082**	50.526	**9.067**	63.706
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**9.041**	28.779	**258.431**	178.660
Resultado de equivalência patrimonial	9	**118.115**	67.977	**14.687**	11.060
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	**10.621**	16.054	**58.643**	80.387
Despesas financeiras	23	**(79.026)**	(72.695)	**(229.413)**	(199.191)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**58.751**	40.115	**102.348**	70.916
Corrente		**-**	-	**(33.704)**	(34.665)
Diferido		**2.146**	-	**5.832**	13.916
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**60.897**	40.115	**74.476**	50.167
Atribuível aos quotistas:					
Não controladores				**13.579**	10.052
Controladores				**60.897**	40.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro líquido do exercício	**60.897**	40.115	**74.476**	50.167
Perda líquida em instrumentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (Nota 19)	**-**	(27.300)	**-**	(27.300)
Constituição (Reversão) de imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	**-**	9.282	**-**	9.282
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial	**11.254**	**-**	**11.254**	**-**
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes, líquidos de tributos	**-**	(18.018)	**-**	(18.018)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	**72.151**	22.097	**85.730**	32.149
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores			**13.579**	10.052
Controladores			**72.151**	22.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital									
	Nota	**Capital social**	**Custo na emissão de ações**	**Ágio na emissão de novas ações**	**Instrumentos patrimoniais**	**Outras reservas**	**Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído**	**Prejuízos acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total Patrimônio líquido**
Saldos em 1º de janeiro de 2023		844.323	(31.146)	3.023	297.518	297.254	10.359	(888.858)	18.018	550.491	30.976	581.467
Emissão de novas ações e conversão de instrumentos patrimoniais		246.804	(8.390)	-	(297.518)	192.521	-	-	(27.300)	106.117	-	106.117
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	9.282	9.282	-	9.282
Aquisição parcial de participação societária		-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.328	9.328
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.768)	(11.768)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	40.115	-	40.115	10.052	50.167
Saldos em 31 de dezembroo de 2023	20	1.091.127	(39.536)	3.023	-	489.775	10.359	(848.743)	-	706.005	38.588	744.593
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**1.091.127**	**(39.536)**	**3.023**	**-**	**489.775**	**10.359**	**(848.743)**	**-**	**706.005**	**38.588**	**744.593**
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial		**-**		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.254**	**11.254**	**577**	**11.831**
Aumento de capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**42.971**	**42.971**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**60.897**	**-**	**60.897**	**13.579**	**74.476**
Saldos em 31 de dezembroo de 2024	20	**1.091.127**	**(39.536)**	**3.023**	**-**	**489.775**	**10.359**	**(787.846)**	**11.254**	**778.156**	**95.715**	**873.871**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	**60.897**	40.115	**74.476**	50.167
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):				
Resultado de equivalência patrimonial	**(118.115)**	(67.977)	**(14.687)**	(11.060)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	**9.776**	(7.026)
Provisão para contingências	-	-	**(3.338)**	95
Ajuste a valor presente	**8.598**	(1.428)	**5.588**	7.756
Variação cambial	**(125)**	-	**(5.938)**	4.513
Amortização de gastos na captação de recursos	**130**	-		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	**(5.832)**	(13.915)
PIS e COFINS diferidos	**(459)**	-	**(459)**	-
Depreciações e amortizações	-	-	**155.967**	165.660
Provisão para fechamento de aterro	-	-	**4.512**	1.863
Provisão para redução ao valor recuperável	-		**-**	68.062
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	**69.523**	69.592	**190.745**	158.883
Valor residual de imobilizado baixado	-	-	**1.859**	2.636
Ganho com alienação de controlada	-	(50.507)	**-**	(135.000)
Instrumento financeiro mensurado a valor justo	-	-	**-**	(49.000)
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	**125**	-	**(12.579)**	43.330
Impostos a recuperar	**(491)**	(2.360)	**(20.801)**	(16.135)
Depósitos judiciais e cauções	-	-	**515**	(3.776)
Adiantamentos	**183**	(1.130)	**(4.763)**	(9.374)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	**(876)**	(3.774)	**11.931**	(16.208)
Outorgas a pagar	**-**	-	**(2.316)**	3.142
Salários e encargos sociais	**459**	166	**6.355**	(306)
Impostos e contribuições a recolher	**1**	(3.533)	**30.035**	21.349
Adiantamentos de clientes	-	-	**4.583**	(20.164)
Contas a pagar	-	(78)	**(42.003)**	(20.274)
Parcelamento de impostos	**(2.409)**	4.862	**(17.126)**	8.408
Outros	**(3)**	(145)	**982**	(27.887)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**17.438**	(16.197)	**367.482**	205.739
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	**(25.277)**	(32.902)
Juros pagos	-	-	**(158.248)**	(137.358)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**17.438**	(16.197)	**183.957**	35.479
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de participação societária, líquida dos caixas adquiridos	-	-	**(171.677)**	(11.852)
Alienação de participações societárias	-	50.507	**-**	135.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	**12.097**	29.601
Dividendos recebidos/ Reclassificações	**(590)**	-	**577**	(11.768)
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	**(556.068)**	(255.334)
Títulos e valores mobiliários	**16.506**	53.494	**(117.318)**	38.314
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**15.916**	104.001	**(832.389)**	(76.039)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos Captados	-	-	**1.196.000**	130.000
Empréstimos e financiamentos pagos	-	-	**(467.145)**	(36.750)
Arrendamentos pagos	-	-	**(54.281)**	(32.948)
Partes relacionadas	**(66.165)**	(277.102)	**21.130**	14.039
Pagamento baseado em ações, líquidado em caixa	-	(718)	**-**	(718)
Emissão de novas ações	-	87.488	**-**	87.488
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(66.165)**	(190.332)	**695.704**	161.111
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(32.811)**	(102.528)	**47.272**	120.551
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**36.299**	138.827	**289.426**	168.875
Caixa oriundo de aquisições de empresas	**-**	-	**156.601**	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**3.488**	36.299	**493.299**	289.426
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(32.811)**	(102.528)	**47.272**	120.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	**39.076**	50.526	**1.019.560**	954.133
Serviços prestados	**39.076**	50.526	**1.029.336**	947.107
Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(9.776)**	7.026
Insumos adquiridos de terceiros	**(15.695)**	(8.352)	**(280.505)**	(302.466)
Custo dos serviços prestados	**(12.269)**	-	**(233.689)**	(231.872)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(3.426)**	(8.352)	**(46.816)**	(70.594)
Valor adicionado bruto	**23.381**	42.174	**739.055**	651.667
Retenções	**-**	-	**(160.479)**	(167.523)
Depreciação e amortização	**-**	-	**(155.967)**	(165.660)
Provisão para fechamento de aterro	**-**	-	**(4.512)**	(1.863)
Valor adicionado líquido produzido	**23.381**	42.174	**578.576**	484.144
Valor adicionado recebido em transferência	**128.337**	85.262	**79.701**	97.179
Resultado de equivalência patrimonial	**118.115**	67.977	**14.687**	11.060
Receitas financeiras	**10.222**	17.285	**65.014**	86.119
Valor adicionado total a distribuir	**151.718**	127.436	**658.277**	581.323
Distribuíção do valor adionado	**151.718**	127.436	**658.277**	581.323
Pessoal	**12.246**	13.395	**162.100**	181.495
Remuneração direta	**11.453**	10.810	**141.945**	112.122
Benefícios	**-**	-	**5.678**	10.826
FGTS	**-**	-	**4.907**	9.285
Outros	**793**	2.585	**9.570**	49.262
Impostos, taxas e contribuíções	**(451)**	1.231	**190.710**	133.606
Federais	**(451)**	1.231	**143.495**	93.793
Estaduais	**-**	-	**5.680**	3.235
Municipais	**-**	-	**41.535**	36.578
Remuneração de capital de terceiros	**79.026**	72.695	**230.991**	216.055
Aluguéis	**-**	-	**1.578**	16.864
Despesas financeiras	**79.026**	72.695	**229.413**	199.191
Remuneração de capitais próprios	**60.897**	40.115	**74.476**	50.167
Prejuízo do período	**60.897**	40.115	**60.897**	40.115
Participação de não controladores	**-**	-	**13.579**	10.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Orizon Valorização de Resíduos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Combinação de negócios

Conforme divulgado nas notas explicativas 1.m, 1.n e 1.o às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu durante o exercício de 2024, aquisições em participações societárias. As transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3 - Business Combinations), que requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a leitura dos documentos relacionados as transações, tais como contratos e atas e a obtenção de evidências que fundamentaram a determinação das datas de aquisição dos controles acionários das companhias adquiridas e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos

adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e; (iv) avaliação das divulgações em relação ao tema.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgação sobre esse assunto que está mencionado na nota 1.o às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual deve ser testado anualmente para determinar se houve perda do valor recuperável, independentemente de indícios de deteriorização, conforme nota 11.

Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: : (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela diretoria para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade,

principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., imposto de renda e contribuição social diferidos, constituído substancialmente sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota 6.d.

Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e análise da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido; (ii) a utilização de especialistas tributários para nos ajudar a avaliar e testar o saldo constituído pela Companhia, bem como o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído pela Companhia, bem como seu correspondente valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios relacionados à sua constituição e as premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 6.d, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Shape the future
with confidence

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na Nota 2.7, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência, quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando elas possam ser mensuradas de forma confiável por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca dos serviços.

O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 21 às demonstrações financeiras.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, de 31 março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-RJ090174/O

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Orizon" ou "Companhia") é uma companhia aberta (ORVR3), constituída em dezembro de 2009 e sede na Avenida Nações Unidas, nº 12.901, Torre Oeste, 8º andar, Brooklin, município e estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, e outras atividades afins.

Em 31 de dezembro de 2024, 17 aterros sanitários para destinação final de resíduos não-perigosos (distribuídos em 12 estados), 02 transbordos, 04 unidades de tratamento e destinação de resíduos perigosos, 10 plantas de exploração de biogás, 07 projetos de créditos de carbono registrados, 01 planta de biometano, 05 plantas de beneficiamento de resíduos, 01 projeto de *waste-to-energy* e 03 usinas termelétricas. Os ativos da Companhia, em 2024, receberam cerca 8 milhões de toneladas de resíduos[1].

As empresas controladas e controladas em conjunto são aqui definidas como "Grupo Orizon" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia.

1 Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia.

1. Contexto operacional--Continuação

O contexto operacional das controladas diretas é como segue:

Controladas diretas

a) *Orizon Meio Ambiente*

A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos:

Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos

A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), 3 (três) plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 16 (seis) aterros sanitários para resíduos não-perigosos.

Os ativos são localizados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondônia, Mato Grosso, Ceará e Rio Grande de Norte, recebendo cerca de 26.000[(1)] toneladas diárias de resíduos. As informações acima consideram as aquisições recentes ocorridas no terceiro trimestre de 2024.

Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas

Algumas controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta mensalmente cerca de 62.000 Nm3 [(1)] por hora de biogás em 10 de seus aterros sanitários e atualmente possui geração mensal de aproximadamente 32.000 MW/h [(1)], que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras, sendo parte para geração de energia e parte queimando em *flare*.

Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás de longo prazo, no formato *take-or-pay*, com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia elétrica incentivada.

O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa produz biogás para a geração mensal de aproximadamente 1.300 MW/h[(1)] para projeto de geração distribuída que atende grandes empresas.

Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente participa de *joint venture* (em formato de consórcio) que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás.

[1] Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas diretas--Continuação

a) *Orizon Meio Ambiente*--Continuação

Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas--Continuação

Em Paulínia, o aterro sanitário, adquirido no contexto da UPI Aterros, fornece biogás para a planta de biometano, que por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia.

No último trimestre de 2023, a Companhia iniciou, através de suas controladas, a queima do biogás em *flare* nos ecoparques de Maceió e Rosario do Catete.

Por fim, no que tange à exploração de créditos de carbono, a Orizon Meio Ambiente, suas controladas e a Foxx URE-JP, possuem através de seus aterros geração anual da ordem de 3,5 milhões de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa(1).

Beneficiamento de Resíduos

Na atividade de beneficiamento de resíduos, em 31 de dezembro de 2024, a Orizon Meio Ambiente conta com 05 (cinco) unidades, sendo: (i) uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento), (ii) 01 joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderurgicos Ltda. para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderurgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, (iii) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba, estado de São Paulo, (iv) 01 unidade em Jaboatão dos Guararapes de triagem mecanizada e (v) 01 unidade de triagem mecanizada em Paulínia.

Exploração da produção de biometano nos Ecoparques

A Companhia submeteu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, através de sua controlada BioE, a aprovação da operação que consiste na constituição de duas novas sociedades (“Sociedades”) em parceria com a GN Verde Participações S.A. (“GN Verde”), para a produção de biometano nos Ecoparques Nova Iguaçu e São Gonçalo. A produção inicial estimada é de 180.000 m3/dia. BioE e GN Verde terão, cada sócio, 50% de participação das Sociedades. Em 20 de dezembro de 2024, foi concluída a transação para produção e comercialização de biometano.

[1] Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas diretas--Continuação

a) *Orizon Meio Ambiente*--Continuação

Engenharia Ambiental

A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera; dentre outros.

A Companhia está em fase de desmobilização dessa atividade. Em 2023, estes saldos foram baixados como impairment no resultado do exercício.

Aproveitamento de biogás para geração de energia

Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. (“Asja Brasil”), tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. Ainda no terceiro trimestre, foi concluída, pela BioE, a aquisição da Asja Pernambuco, desenvolvedora do projeto de energia no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas diretas--Continuação

b) *Foxx Holding*

A Foxx Holding é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior. A Foxx Inova Ambiental S.A., é uma holding de participações subsidiária integral da Foxx Holding, que tem como investimentos: (i) participação majoritária (67%) da Foxx URE JP, que detém a concessão do aterro sanitário de João Pessoa, e (ii) (80%) da Barueri Energia Renovável S.A., que detém a concessão, em formato de Parceria Público Privada, do projeto de geração de energia a partir dos resíduos (*waste-to-energy*) que será implantado no município de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo.

c) BioE

A BioE é uma sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior.

A Companhia detém 100% das ações da BioE, entidade detentora de 100% de participação nas investidas Orizon Biometano Paulínia I, Orizon Biometano Paulínia II, Orizon O&M, Orizon Locação de Equipamentos, Orizon Biometano Rosário do Catete, Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes, Orizon Biometano João Pessoa, Orizon Biometano Cuiabá, Orizon Biometano Tremembé, UTE Orizon Pernambuco e UTE Orizon Paraíba.

d) Orizon Economia Circular (anteriormente denominada Orizon Compostagem)

A Orizon Economia Circular é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior.

A Companhia detém 100% das ações da Orizon Economia Circular, entidade detentora de 50% do Consórcio Orizon Tera, além da participação de 100% na Gestora Orizon.

1. **Contexto operacional**--Continuação

O contexto operacional das controladas indiretas é como segue:

Controladas indiretas

a) *Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI")*

A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquele município; dentre outras atividades afins.

As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir:

- Obra/Serviço: Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos.

  -Início: 15 de dezembro de 2000.
  -Término: 15 de dezembro de 2034.

Atualmente, além do município de Nova Iguaçu, a CTRNI atende outros clientes (públicos e privados), dentre eles as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita. Adicionalmente, a CTRNI disponibiliza entre 10.000 e 12.000 Nm3 por hora de biogás para usina de geração de energia elétrica, que atualmente possui cerca de 23MW instalados, bem como gera créditos de carbono.

A Orizon Meio Ambiente detém área adjacente ao aterro sanitário para ampliações das atividades ali desempenhadas além do prazo da concessão.

b) *Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA")*

A CTRA desempenha as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaóca, a implantação e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstas no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004.

A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Tanguá, Niterói, Guapimirim e Maricá.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas--Continuação

b) *Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA")*--Continuação

Atualmente, a CTRA tem contrato com a São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SGEGAR") para disponibilidade e fornecimento de biogás.

A concessão da CTRA tem vencimento em agosto de 2030, podendo ser prorrogada por mais 10 anos.

c) *Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. ("CTRBM")*

Em 3 de dezembro de 2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa, estado do Rio de Janeiro, cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036.

A CTRBM recebe entre 500 e 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica.

A CTRBM fornece biogás para planta de geração termoelétrica com capacidade instalada de 2MW, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída.

d) *ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho")*

A ETR Gramacho tem como objeto o transbordo e a destinação de resíduos não-perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um transbordo para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTRNI.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas--Continuação

e) *Foxx Inova*

A Foxx Inova, é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Foxx Inova tem como objeto a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior e o desenvolvimento de estudos e projetos para execução de obras e realização de serviços de relativos à limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos, além de execução de serviços de engenharia civil e ambiental.

f) *Barueri Energia Renovável S.A. ("Barueri Energia"* – anteriormente denominada *Foxx URE-BA)*

A Barueri Energia é uma sociedade, formada pela Foxx Inova e Sabesp, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos sob regime de concessão, comercialização da energia proveniente da reciclagem energética, créditos de carbono e créditos de reciclagem. A Barueri Energia é pioneira na implantação de waste-to-energy na América Latina. Em 2021 e 2022, a Barueri Energia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal.

A Barueri Energia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de tratamento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano.

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 07 de agosto de 2024, a Barueri Energia concluiu sua primeira emissão de debentures no valor de R$ 395.000 para financiamento da implantação do projeto, que tem previsão de início de operação em janeiro de 2027.

g) *Orizon Pantanal (Antiga "Orizon Locações Ltda")*

A Orizon Pantanal Ltda tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto a participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas do Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, que tem por objeto o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas--Continuação

h) *Foxx URE-JP*

A Foxx URE-JP é concessionária junto ao município de João Pessoa, recebendo os resíduos de vários municípios na região com volume da ordem de 2.000 toneladas diárias, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos não-perigosos, incluindo a eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento. A Foxx URE-JP atua também na geração de energia a partir do biogás em consórcio firmado com a ASJA, que recentemente teve sua planta adquirida pela BioE, conforme fato relevante anunciado em 23 de setembro de 2024.

Em 30 de maio de 2023, a Foxx URE-JP celebrou Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com a Autarquia Especial Municipal de João Pessoa, prorrogando o prazo de contrato de concessão por 20 anos, cuja nova vigência será até 29 de maio de 2043.

i) *UTM Jaboatão dos Guararapes LTDA* ("*UTM Jaboatão*")

Unidade de triagem mecanizada em Pernambuco

Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação de uma unidade de triagem mecanizada instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento entrou em operação no 3° trimestre de 2022 e tem capacidade de recebimento de 500.000 toneladas anuais de resíduos.

j) *Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda ("CGR Cuiabá) e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda ("CGR Ambiental")*

Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas--Continuação

j) *SPEs UPIs Estre ("UPIs Estre")*

Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu através de sua controlada Orizon Meio Ambiente, a aquisição da UPI Aterros da Estre Ambiental S.A. - Em Recuperação Judicial ("Ativos"), formada por 07 ativos (sendo 06 aterros sanitários e 01 planta de beneficiamento de resíduos, quais sejam: SPE Paulínia Ambiental S.A., SPE Tremembé Ambiental S.A., SPE Itapevi Ambiental S.A., SPE Itaboraí Ambiental S.A., Rosário do Catete Ambiental S.A., SPE CTR Metropolitana Participações S.A. e SPE Sorocaba Ambiental S.A.. Tal aquisição foi realizada no âmbito do Processo de Recuperação de Judicial do Grupo Estre, e, ato imediatamente contínuo, perante fundos geridos pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. Estre. Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da SPE Maceio, aterro sanitário localizado no estado de Alagoas, passando a deter 08 ativos anteriormente de propriedade do Grupo Estre.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas--Continuação

k) *BioE*

Em 05 de abril de 2022, foi constituída a BioE, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista nas investidas listadas abaixo:

Empresa	Objeto
Orizon Biometano Paulínia Ltda	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Paulínia II Ltda	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon O&M Ltda.	Operação e manutenção de equipamentos
Orizon Locação de equipamento Ltda.	Locação de equipamentos
Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano João Pessoa Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Cuiabá Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon Biometano Tremembé Ltda.	Planta para geração e comercialização de biometano
Orizon GD Itapevi 1 Ltda	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 2 Ltda	Planta para geração de energia elétrica
Orizon GD Itapevi 3 Ltda	Planta para geração de energia elétrica
UTE Orizon Pernambuco Ltda	Planta para geração de energia elétrica
UTE Orizon Paraíba Ltda	Planta para geração de energia elétrica

l) *CTR Porto Velho ("CTR PV")*

Em 17 de janeiro de 2023, a Companhia adquiriu através da controlada Orizon Meio Ambiente, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. ("CTR PV") junto à Ecofort Engenharia ("Ecofort"), pelo montante de R$10.000.

A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades com projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida da CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica e/ou biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades.

No último trimestre de 2023, a CTR PV passou a receber resíduos do município de Porto Velho, maior município da região.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas—Continuação

m) *Oeste Ambiental ("Oeste Ambientals")*

Em 09 de agosto de 2024, foi realizada, pela OMA, a aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) da Oeste Ambiental Ltda. ("Oeste Ambiental"), empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Rodolfo Fernandes, estado do Rio Grande do Norte ("Aterro Sanitário RN").

O Aterro Sanitário RN está em fase inicial de operação e é a única solução de destinação final adequada de resíduos da região, com geração potencial de 600 toneladas diárias de resíduos sólidos urbanos e que possui vida útil estimada de mais de vinte anos. Pela aquisição, a OMA desembolsou, o montante total de até R$ 7.650, já considerando o cumprimento de métricas de earn-out pelo Vendedor conforme definido nos documentos da transação.

Essa aquisição fortalece o posicionamento da Companhia, com presença agora em 12 estados brasileiros, com sinergias geográficas com os demais projetos da OrizonVR na região Nordeste, e ratifica sua estratégia de crescimento quanto à ampliação de volume de resíduos sob sua gestão, permitindo ainda a implantação de atividades de valorização, tais como a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outros.

Adicionalmente a aquisição do Aterro Sanitário RN, a Companhia firmou, na mesma data, opção de compra de 51% (cinquenta e um por cento) de terreno localizado na região Nordeste, em fase inicial de licenciamento de um aterro sanitário com potencial de 800 a 1.200 toneladas diárias de resíduos, o que, no futuro, poderá ser mais um projeto da Companhia.

Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA)

A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas—Continuação

m) *Oeste Ambiental ("Oeste Ambiental")*--Continuação

Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA)--Continuação

A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

Os valores justos descritos na aquisição da Oeste Ambiental foram alocados conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos.

As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

Valor justo na data de aquisição	**2.371**
Preço de aquisição - Contraprestação	**7.650**
Total Mais Valia - Imobilizado/ Licença	**5.279**

n) *Ecoparque Juazeiro do Norte ("Ecoparque Juazeiro")*

Em 13 de agosto de 2024, a Companhia divulgou que as condições pré-definidas para conclusão da transação foram cumpridas e, por meio da Orizon Holding Ceará Ltda. ("Orizon Ceará"), subsidiária integral da Orizon Meio Ambiente, foi concluída a aquisição do controle do Ecoparque Juazeiro do Norte S.A. ("Ecoparque Juazeiro" e "Transação CE", respectivamente).

1. Contexto operacional--Continuação

n) *Ecoparque Juazeiro do Norte ("Ecoparque Juazeiro")* —Continuação

Em um primeiro momento, a Orizon Ceará detinha 60% do Ecoparque Juazeiro, sendo que, em razão do cumprimento de métricas de earn-out pelo vendedor, tal percentual passou a foi reduzido para 51% e desembolsado um complemento de preço. A Transação inclui ainda uma opção de compra da participação restante em condições pré-definidas.

Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA)

A Companhia apurou os valores da combinação de negóciA Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das CTR Porto Velho foram alocados conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos.

As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

Valor justo na data de aquisição	**1.165**
Preço de aquisição - Contraprestação	**7.486**
Total Mais valia - Imobilizado - Licença	**6.321**

o) *UTE Orizon Pernambuco Ltda ("UTE Pernambuco") e UTE Orizon Paraíba Ltda ("UTE Paraíba"),* anteriormente denominadas ASJA Pernambuco Serviços Ambientais (*"ASJA Pernambuco"*) e ASJA Paraíba Serviços Ambientais ("*ASJA Paraíba*")

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas—Continuação

o) *UTE Orizon Pernambuco Ltda ("UTE Pernambuco") e UTE Orizon Paraíba Ltda ("UTE Paraíba"),* anteriormente denominadas ASJA Pernambuco Serviços Ambientais (*"ASJA Pernambuco"*) e ASJA Paraíba Serviços Ambientais ("*ASJA Paraíba*")--Continuação

Em 23 de setembro de 2024, a Companhia através da BioE, concluiu a aquisição de 100% (cem por cento) das quotas da ASJA Paraíba Serviços Ambientais Ltda ("ASJA Paraíba") e da ASJA Pernambuco Serviços Ambientais Ltda ("ASJA Pernambuco"), empresas que atualmente são detentoras de 02 (duas) Usinas Termelétricas ("UTEs") com capacidade instalada de 5,7MW e 28,5MW, respectivamente, utilizando como combustível o biogás gerado nos Ecoparques João Pessoa e Jaboatão dos Guararapes.
A aquisição das UTEs consolida o acesso, pela Companhia, ao biogás produzido nos aterros sanitários desses dois ativos e permite o desenvolvimento dos projetos de biometano. No âmbito da Transação, os Ecoparques cederam de forma não-onerosa as opções de compra à BioE para que esta realizasse a compra das térmicas.

A aquisição das térmicas envolveu o montante da ordem de R$ 156.600 (enterprise value, o que inclui dívidas e capital de giro), sendo R$32.400 atribuídos à ASJA Paraíba e R$124.200 à ASJA Pernambuco.

A Companhia, de um lado, dará sequência no desenvolvimento de seus projetos de biometano em João Pessoa e Jaboatão dos Guararapes, sendo proprietária de 100% dessas unidades. Por outro lado, até a entrada em operação das plantas de biometano, rentabilizará o biogás dos respectivos Ecoparques gerando energia elétrica 100% renovável (i100) e, posteriormente, poderá gerar energia elétrica a partir do biogás excedente ou do Gás Natural. Para 2024 e 2025, a OrizonVR já comercializou a energia elétrica dos empreendimentos no mercado livre.

Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA)

A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – "Bussiness Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas—Continuação

o) *UTE Orizon Pernambuco Ltda ("UTE Pernambuco") e UTE Orizon Paraíba Ltda ("UTE Paraíba"),* anteriormente denominadas ASJA Pernambuco Serviços Ambientais (*"ASJA Pernambuco"*) e ASJA Paraíba Serviços Ambientais ("*ASJA Paraíba*")--Continuação

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição.

As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

	UTE Orizon Pernambuco	**UTE Orizon Paraíba**
Valor justo na data de aquisição	**102.381**	**30.653**
Preço de aquisição - Contraprestação	**124.080**	**32.461**
Total Mais valia - Imobilizado	**21.699**	**1.808**

1. **Contexto operacional**--Continuação

Controladas em conjunto e coligadas

a) *UTE* Paulínia Verde Participações S.A. (“*UTE Paulínia”)*

A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com a Gera Energia do Brasil S.A. e a Mercúrio Holding S.A., visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio.

No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercurio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para a venda de 15,7 MW médios, mediante condições contratuais previamente estabelecidas.

Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021.

b) *SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. (“SES Haztec”)*

A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional.

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas em conjunto e coligadas--Continuação

c) *Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon")*

A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019.

A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível.

d) *CTR Santa Luzia ("CTR SL")*

Em 10 de abril de 2023, a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante através de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da CTR SL, localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R$ 25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital.

Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A..

A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos.

1. **Contexto operacional**--Continuação

Controladas em conjunto e coligadas--Continuação

e) *Biometano Verde Paulínia*

Sociedade para produção de biometano em Paulínia

Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade para a produção de biometano no Ecoparque de Paulínia em conjunto com a Edge Comercialização S.A. ("Edge"), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A..

Formação de investida para produção de biometano em Paulínia

No contexto da transação, a Edge investirá até R$ 355.000, sendo R$ 235.000 no estágio inicial da parceria, dos quais R$ 100.000 aportados na Biometano Verde Paulínia S.A. e R$ 135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R$ 120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A OMA por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Nota 25).

Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Edge com 51% de participação na Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controlada direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em até R$450.000 , o início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o segundo semestre de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Administração considerou também as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações materiais próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de março de 2025.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e de suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Todas as empresas do Grupo possuem a mesma base contábil e período de apresentação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

		31/12/2024	31/12/2023
Controladas da Orizon Valorização de Resíduos:			
Orizon Meio Ambiente S.A	Controlada direta	**100**	**100**
Foxx Holding S.A	Controlada direta	**100**	**100**
FIDC Orizon	Controlada direta	**100**	**100**
Orizon Energia e Gás Renovável Ltda	Controlada direta	**100**	**100**
Orizon Economia Circular Ltda.	Controlada direta	**100**	**100**
Controladas e coligadas da Orizon Meio Ambiente:			
CTRNI	Controlada indireta	**100**	100
CTRA	Controlada indireta	**100**	100
CTRBM	Controlada indireta	**100**	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	**50**	50
ETR Gramacho	Controlada indireta	**100**	100
UTM Jaboatão	Controlada indireta	**100**	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	**50**	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	**33,33**	33,33
SPE Itaboraí	Controlada indireta	**100**	100
SPE Itapevi	Controlada indireta	**100**	100
SPE Rosário do Catete	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Sorocaba Blendagem	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Tremembé Ambiental	Controlada indireta	**100**	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada indireta	**100**	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	**50**	50
SPE Maceió	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Pantanal	Controlada indireta	**100**	100
CTR Porto Velho	Controlada indireta	**51**	51
CTR Santa Luzia[1]	Controlada em conjunto	**50**	75
Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda	Controlada indireta	**100**	100
Oeste Ambiental	Controlada indireta	**51**	-
Ecoparque Juazeiro	Controlada indireta	**51**	-
Orizon Holding Ceará Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Biometano Verde Paulínia	Controlada em conjunto	**49**	49

1 Redução de participação societária em virtude do aporte da fração remanescente de terreno pela SUMA (Acionista da CTR Santa Luzia) que foi utilizado na transação inicial para integralização de capital.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

Controladas da Foxx Holding:			
Foxx Inova Ambiental S.A	Controlada indireta	**100**	100
Foxx URE JP Ambiental S.A	Controlada indireta	**67**	67
Barueri Energia Renovável S.A	Controlada indireta	**80**	80
Controladas da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda			
Orizon Biometano Paulínia Ltda	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Paulínia II Ltda	Controlada indireta	**100**	100
Orizon O&M Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Locação de equipamento Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano João Pessoa Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Cuiabá Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Tremembé Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
UTE Orizon Pernambuco	Controlada indireta	**100**	-
UTE Orizon Paraíba	Controlada indireta	**100**	-
Controladas da Orizon Economia Circular Ltda.			
Consórcio Orizon Tera	Controlada indireta	**50**	50
SPE Biovalore I S.A	Controlada em conjunto	**30**	30
SPE Biovalore II S.A	Controlada em conjunto	**30**	30
Gestora Orizon	Controlada indireta	**100**	100

2.4. Investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Os investimentos da Companhia são registrados com base no método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição. Todas as alterações no patrimônio líquido das investidas são refletidas no investimento da Companhia.

2.5. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Classificação circulante versus não circulante--Continuação

- Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação;

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.6. Mensuração de valor justo

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros aos respectivos valores justos, levando em consideração o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá em conformidade com a premissas da norma, conforme abaixo:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo de Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Periodicamente a Companhia faz avaliações de seus instrumentos financeiros, afim de determinas se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Mensuração de valor justo --Continuação

As divulgações dos instrumentos financeiros e aqueles classificados por seus valores justos estão detalhados na nota 26.

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

O CPC 47/ IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

2.7.1. Receita com engenharia ambiental

A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base no progresso da execução dos serviços contratados. Os gestores de cada contrato enviam periodicamente status de execução do serviços versus condições contratuais, mensurando a partir desta base as receitas e custos que deverão ser reconhecidos contabilmente.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Reconhecimento de receita--Continuação

2.7.2. Receita com tratamento e destinação de resíduos

A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base nas medições emitidas para cada cliente. As medições são extraídas do relatório da balança que controla periodicamente o volume de resíduos (TN) recebidos nas unidades de tratamento e destinação de resíduos. Ao final de cada mês são gerados relatórios com volume recebido de cada cliente, valor unitário e receita total. Com base nesta informação a receita é reconhecida contabilmente.

2.7.3. Receitas com biogás e biometano

A receita de biogás e biometano é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de vazão de gás bioquímico e biometano auferidos por equipamentos instalados nos aterros sanitários. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor de cada contrato obtém as receitas do período pela multiplicação de volumes de gás e biometano com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente.

2.7.4. Receita com crédito de carbono

A receita de crédito de carbono é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários, e desde que haja preço de venda dos créditos de carbono definido em contrato. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor da operação obtém a receita do período pela relação do volume redução de emissão de gases do efeito estufa com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente.

2.7.5. Receita com consórcios de energia e unidade triagem mecânica (“UTM”)

A receita de participação em consórcio de energia é reconhecida por competência com base em medições, através de controle de energia gerada e comercializada sob responsabilidade do consorciado ASJA. Com base neste levantamento, as controladas indiretas participantes destes consórcios são remuneradas por meio de participação variável de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Reconhecimento de receita--Continuação

2.7.5. Receita com consórcios de energia e unidade triagem mecânica ("UTM")--Continuação

As receitas das unidades de triagem mecânica, advém do processo de separação dos produtos recicláveis do lixo orgânico e posterior comercialização. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita por competência, após a venda e efetiva entrega dos materiais vendidos ao clientes.

2.7.6. Receita com a comercialização de energia

A receita de energia é reconhecida por competência com base na quantidade contratada de energia (MWh) estabelecida em contrato e entregue pela Companhia.

2.7.7. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

2.8. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A Companhia mensura seus ativos e passivos tributários correntes com base em seus valores recuperáveis ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias utilizadas para cálculo dos valores são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

A Companhia avalia e mensura seus impostos diferidos ativos e passivos considerando os efeitos das diferenças temporárias apuradas nas transações correntes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Periodicamente a Companhia revisa o valor contábil dos impostos diferidos ativos e procede ao reconhecimento de baixa de para o resultado do exercício de acordo com estudos e projeções para realização destes créditos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.9. Imobilizado

As classes de ativo imobilizado são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o montante na aquisição e/ou construção do ativo. Os demais custos referentes a reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, considerando também as taxas fiscais para os ativos com vida útil definida. Os ecoparques (operações em aterros sanitários) são amortizados de forma variável, considerando capacidade total de recebimento de resíduos nos vales, baseadas em estudos realizados por engenheiros da Companhia e/ou especialistas contratados, o volume recebido de resíduos e o custo de formação dos vales.

Os ativos são avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Um item de imobilizado é baixado por motivo de venda ou obsolescência (quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda). Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando ocorrerem alterações relevantes nas estimativas de vida útil do ativo.

2.10. Intangíveis

As classes de ativo intangível são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados periodicamente e consideram também as taxas fiscais

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. *Instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9 e as informações detalhadas estão apresentadas na nota 26.

Ativos financeiros

A Companhia reconhece seus instrumentos financeiros ao custo amortizado ou por se valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação. A classificação deste instrumento é avaliada pela Companhia de acordo com a característica de cada instrumento.

Reconhecimento inicial e mensuração

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.11. *Instrumentos financeiros--Continuação*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros correspondiam basicamente a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e de partes relacionadas.

Passivos financeiros

A Companhia avalia seus passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem basicamente os empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. *Caixa e equivalentes de caixa*

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, além de possuir vencimento de curto prazo para realização.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas periodicamente pela Companhia e ajustadas quando necessário.

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas avalidas pelo jurídico e consultores com possibilidade perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Vidas úteis do ativo imobilizado

Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e à capacidade total das operações de aterro sanitário (ecoparque) para recebimento de resíduos sólidos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Ao longo de cada exercício, a Companhia avalia a realização dos saldos de contas a receber com base em estimativa a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do “aging list”, considerando os diferentes riscos de acordo com as operações de cobrança e a probabilidade futura de inadimplência, na melhor expectativa da administração. A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, considerando histórico de inadimplência por faixa de idade.

Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, no montante de R$68.062, relativo a baixa de ativos do segmento de engenharia. Em 31 de dezembro 2024, não houve provisão de impairment.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis--Continuação

2.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Estas normas estão descritas a seguir:

Pronunciamento	Vigência
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.
OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO).	As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras para os períodos vigentes obrigatórios indicados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa e Bancos	**61**	485	**148.419**	43.687
Certificado de depósito bancário (CDB)	**3.427**	35.814	**344.880**	245.739
Total	**3.488**	36.299	**493.299**	**289.426**

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.

4. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Títulos e valores mobiliários	**-**	16.506	**150.926**	33.608
Circulante	**-**	16.506	**108.524**	33608
Não circulante	**-**	-	**42.402**	-

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (“CDIs”).

5. Contas a receber de clientes (consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Contas a receber	**298.536**	300.033
Serviços a faturar	**121.087**	88.291
	419.623	388.324
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(165.360)**	(155.584)
Total	**254.263**	232.740
Circulante	**194.288**	184.168
Não circulante	**59.975**	48.572

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	31/12/2024	**31/12/2023**
A vencer	**55.635**	66.396
Vencidos até 30 dias	**20.815**	15.849
Vencidos de 31 a 60 dias	**6.084**	7.346
Vencidos de 61 a 90 dias	**3.286**	8.455
Vencidos de 91 a 180 dias	**12.819**	13.281
Vencidos de 181 a 360 dias	**12.626**	22.843
Vencidos acima de 360 dias	**187.271**	165.863
Total	**298.536**	300.033

5. Contas a receber de clientes (consolidado) --Continuação

Dos saldos a receber da controlada indireta CTRA junto a PMSG, no montante de R$43.215, dos quais R$15.662 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, que somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31/12/2024	**31/12/2023**
Saldo em 1° de janeiro	**(155.584)**	(162.610)
Constituição de provisão, líquida de reversão	**(9.776)**	7.026
Saldo no fim do semestre/exercício	**(165.360)**	(155.584)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico.

A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2024.

Há acordo firmado pela controlada indireta CTRA junto à PMSG, com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Movimentação do acordo	
Saldo em 1° de janeiro e 2023	14.660
Parcelas recebidas em 2023	(1.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.460
Parcelas recebidas em 2024	**(600)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**12.860**

5. Contas a receber de clientes (consolidado) --Continuação

Comercialização de créditos de carbono (Consolidado)

As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

Empresa proprietária dos créditos de carbono	Período de geração dos créditos	Quantidade de Créditos de Carbono (tCO2eq)	Saldo
CTRNI	01-01-21 a 31-12-21	563	**15.344**
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422	**11.508**
OMA	01-01-21 a 31-12-21	414	**11.616**
FOXX URE-JP	01-01-21 a 31-12-23	141	**4.940**
			43.408

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebidos até 2024 - R$9.868.

Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 31 de dezembro de 2024. O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber.

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopesa (Incorporada em maio de 2022 pela OMA) e Foxx URE-JP. Adicionalmente, em setembro de 2024, a Companhia comercializou créditos de carbono oriundos das operações de Jaboatão dos Guararapes e João Pessoa, no montante total de R$39.900, tendo recebido o montante total no mesmo exercício.

O montante atualizado para 31 de dezembro de 2024, considerando o efeito da variação cambial é de R$42.790 (R$33.877 em 31 de dezembro de 2023). Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do *Clean Development Mechanism* (“CDM”) com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia:

5. Contas a receber de clientes (consolidado) --Continuação

1) Desenvolvimento do projeto;
2) Consulta aos *stakeholders* do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etcs);
3) Envio do projeto para a nova entidade;
4) Revisão do projeto pela nova entidade;
5) Certificação do projeto.

Atualmente, a Companhia, através de suas controladas indiretas, está aplicando para registro de todos os seus projetos em entidades do mercado voluntário, tais como *Verified Carbon Standard (*Verra) ou *Gold Standard*.

Em 14 de março de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque João Pessoa (Foxx URE-JP), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Adicionalmente, foram emitidos os créditos de carbono referentes aos períodos de 2021, 2022 e primeiro bimestre de 2023[2].

Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao *Gold Standard*, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais.

Em 16 de setembro de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Sergipe, junto ao Gold Standard, gerará cerca de 290 mil tCO2eq de créditos de carbono por ano.

[2] Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia.

6. Impostos e contribuições

a) Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Impostos a recuperar	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	**3.830**	4.162	**29.950**	18.176
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	**-**	-	**1.995**	1.637
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**-**	-	**3.979**	1.412
Programa de Integração Social (PIS)	**147**	-	**1.508**	752
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**675**	-	**6.758**	3.304
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	**-**	-	**108**	106
Outros impostos a recuperar	**14**	13	**673**	424
Subtotal - tributos federais	**4.666**	4.175	**44.971**	25.811
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	**-**	-	**43**	77
Subtotal - tributos estaduais	**-**	-	**43**	77
Imposto sobre Serviços (ISS)	**-**	-	**5.913**	4.154
Subtotal - tributos municipais	**-**	-	**5.913**	4.154
Total	**4.666**	4.175	**50.927**	30.042

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras, cujo aumento se deve ao aumento no montante do saldo de aplicações financeiras oriundo dos recuros captados no IFC (Nota 12).

(2) O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

6. **Impostos e contribuições**--Continuação

b) Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
Impostos a recolher	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**3**	-	**1.018**	2.741
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	**-**	-	**438**	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**1**	17	**13.033**	11.109
Programa de Integração Social (PIS)	**1**	4	**2.643**	2.183
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	**-**	-	**2.232**	3.069
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	**-**	-	**5.305**	7.317
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	**-**	-	**7.575**	5.266
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	**-**	-	**1.877**	961
IOF	**766**	766	**766**	766
Outros impostos (*)	**17**	-	**8.018**	3.708
Total	**788**	787	**42.905**	37.120

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.

SUDENE – Incentivo fiscal obtido

Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., Foxx URE-JP Ambiental S.A., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A..

Os referidos enquadramentos permitem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a receita federal do Brasil com base nos laudos emitidos pela SUDENE.

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período

A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

6. **Impostos e contribuições**--Continuação

	Controladora		Consolidado	
Imposto de renda e contribuíção social diferidos	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**58.751**	40.115	**102.348**	70.916
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(19.975)**	(13.639)	**(34.798)**	(24.111)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**40.159**	23.112	**4.994**	3.760
Doações	**-**	-	**1.005**	450
Multa e juros	**406**	886	**4.560**	4.731
Investidas tributadas no lucro presumido				(8.374)
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	**(18.444)**	(10.359)	**(3.633)**	2.795
Total do Imposto de renda e contribuição social	**2.146**	-	**(27.872)**	(20.749)
Alíquota efetiva (*)	**4%**	0%	**-27%**	-29%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	**-**	**-**	**(33.704)**	(34.665)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	**2.146**	**-**	**5.832**	13.916

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**135.628**	158.600
Diferenças temporárias		
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	**56.222**	52.899
Provisão para contingências	**5.868**	7.302
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade	**(66.652)**	(71.077)
	131.066	147.724
Passivo		
Diferenças temporárias		
Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009	**(21.417)**	(21.417)
Ajuste a valor presente - dívida com bradesco	**(29.676)**	(50.020)
	(51.093)	(71.437)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	**79.973**	76.287

6. **Impostos e contribuições**--Continuação

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos--Continuação

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável.

Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. Em 28 de fevereiro de 2023, a Orizon Meio Ambiente incorporou sua controlada SPE Paulínia. Além disto, a Companhia segue avaliando incorporações de ativos recém adquiridos.

A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

2026	**20.022**
2027	**23.133**
2028	**26.545**
2029	**30.697**
2030	**30.669**
Total	**131.066**

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação.

O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009.

6. Impostos e contribuições--Continuação

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos--Continuação

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

Ativo fiscal diferido (Consolidado)

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativo Diferido	**Passivo Diferido**	**Efeito líquido**	**Ativo Diferido**	**Passivo Diferido**	**Efeito líquido**
Orizon Meio Ambiente (*)	**131.066**	**(51.093)**	**79.973**	147.724	(71.437)	76.287
Orizon	**26.905**	**(26.905)**		30.260	(30.260)	-

(*) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía passivo fiscal diferido constituído sobre ajuste a valor justo da operação da 5ª emissão de debêntures, na controladora e sobre ajustes a valor presente do empréstimo junto ao Banco Bradesco e dívida pela aquisição da Estre, no consolidado.

Adicionalmente, a Orizon Valorização de Resíduos possuía em 31 de dezembro de 2023, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda e contribuição social no montante total de R$256.620. Este montante não está registrado nas demonstrações financeiras pela ausência da expectativa de realização em prazo estimável.

e) PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui registrado PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Instrumento financeiro mensurado a valor justo	**79.133**	**89.001**
PIS e COFINS diferidos passivos (0,65% e 4%)	**3.680**	**4.139**

7. Transações com partes relacionadas

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Partes relacionadas - Ativo	**Controladora**		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Orizon Meio Ambiente (1)	**184.064**	340.419	**-**	-
Foxx Holding (1)	**109.519**	16.641	**-**	-
CTR Nova Iguacu (1)	**1.828**	1.828	**-**	-
Orizon Energia e Gás Renovável	**63.923**	800	**-**	-
CGR Cuiabá	**125**	125	**-**	-
Orizon Economia Circular	**558**	136	**-**	233
Consorcio Orizon Tera	**-**	-	**1.384**	-
Biometano Paulínia Verde	**-**	2	**-**	-
Metropolitana Serviços Ambientais	**278**	-	**1.203**	1.405
LS Participações (3)	**-**	-	**4.097**	1.155
Construtora Coveg LTDA	**60**	60	**60**	60
Ecofort Amazon (1)	**-**	-	**2.099**	-
Gera	**-**	-	**153**	153
Revert Solucoes Ambientais	**-**	-	**470**	-
Consorcio Pernambuco ASJA OMA	**-**	-	**12**	-
Total	**360.355**	360.011	**9.478**	3.006
Não circulante	**360.355**	360.011	**9.478**	3.006

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

Na Orizon Meio Ambiente, o saldo se originou principalmente na aquisição da SPE Maceio, uma vez que, no âmbito dessa transação e conclusão da aquisição da UPI Aterros, a Controladora entregou 4.636.353 ações para a Jive, perfazendo o montante de R$184.064, o que gerou um saldo a receber da sua controlada Orizon Meio Ambiente.

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2023, a OVR realizou transferências para a OMA, principalmente de recursos captados na oferta subsequente de ações, para manutenção de capital de giro e avanço nos investimentos em andamento.

(2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente com o acionista não controlador da Foxx URE-JP e da LS Participações.

7. Transações com partes relacionadas--Continuação

Partes relacionadas - Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Orizon Meio Ambiente (1)	**4.069**	-	**-**	-
CTRBM (2)	**18.113**	18.113	**-**	-
CTR Alcântara (2)	**8.633**	8.632	**-**	-
Barueri Energia (2)	**-**	5.218	**-**	-
Foxx Inova (2)	**11.670**	11.670	**-**	-
Orizon e Energia e Gás Renovável	**-**	412	**-**	-
Ecofort	**-**	-	**-**	296
SABESP	**-**	-	**-**	16.430
H.S.Beserra Construções e Serviços	**-**	-	**102**	-
Consórcio Paraiba ASJA FOXX	**-**	-	**1**	-
Consórcio Tera	**-**	-	**-**	405
UTE Paulínia	**-**	-	**3.323**	3.818
Total	**42.485**	44.045	**3.426**	20.949
Não circulante	**42.485**	44.045	**3.426**	20.949

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

(2) Refere-se à aportes da SABESP na controlada indireta Barueri Energia Renovável para investimentos na construção da planta de *waste-to-energy*.

Transações de Conta-Corrente

Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado.

Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de “conta corrente” para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas.

7. Transações com partes relacionadas—Continuação

As transações identificadas como “conta corrente” não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas.

Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira.

Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período, detalhados na Nota 12. As transações de prestação de serviços entre as empresas do Grupo, são eliminadas no consolidado do resultado, não gerando efeitos nos montantes apresentados.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera como “Pessoal-chave da Administração” somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Remuneração do pessoal-chave da Administração	**10.127**	11.995

Outros

A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

7. Transações com partes relacionadas—Continuação

Formação de investida para produção de biometano em Paulínia

A Companhia concluiu a transação com a Edge para operação por um período de 20 anos em que se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Notas 1 e 25).

8. Outros ativos e passivos

a) Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Adiantamento de outorgas (1)	-	-	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	4	-	4.698	4.292
Adiantamentos a fornecedores (3)	892	2.106	17.959	22.133
Despesas antecipadas - Aquisição de novos negócios (4)	-	-	16.700	17.703
Estoques (5)	-	-	10.230	4.566
Seguros (6)	549	-	4.081	1.545
Outros (7)	478	-	11.262	3.944
Total	**1.923**	2.106	**70.780**	60.033
Circulante	**1.923**	2.106	**64.710**	55.392
Não circulante	**-**	-	**6.070**	4.641

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da perícia judicial sobre os valores pleiteados, a receber, junto a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1).

(2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros).

(3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde.

(4) Refere-se principalmente a empréstimos realizados no contexto da aquisição do ecoparque de Porto Velho, dos quais R$15.242 estão em aberto, com remuneração de IPCA+1% a.m. Além deste, ocorreram outros aportes em função de avaliação para aquisição de novos investimentos.

(5) Os saldos de estoques das UTEs Jaboatão e Paraíba, adquiridas em setembro de 2024, foram alocados nesta rubrica, além de novos seguros contratados para as diversas novas operações.

(6) O saldo em aberto se refere à controlada indireta CTRNI, que possui o montante de R$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação.

8. Outros ativos e passivos—Continuação

b) Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Aquisições a pagar (1)	**-**	-	**3.269**	4.471
Outros títulos a pagar (2)	**12**	15	**3.694**	1.264
Provisão para fechamento de aterro (3)	**-**	-	**27.566**	23.054
Total	**12**	15	**34.529**	28.789
Circulante	12	15	3.659	5.691
Não circulante	-	-	30.870	23.098

(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental.

(2) Refere-se principalmente a montantes originados de acordos com fornecedores judiciais cujos pagamentos estão parcelados.

(3) Refere-se à valores provisionados para fechamento de aterros provenientes das aquisições: SPE Paulínia, SPE Itapevi, SPE Tremembé e SPE Rosário do Catete. A provisão ocorre pelo fato de tais aterros serem privados, cuja obrigação de desmobilização é da Companhia.

9. Investimentos

A movimentação dos investimentos para 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Controladora				
Investimento	**31/12/2023**	**Aumento de capital/ Outros**	**Resultados abrangentes (*)**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2024**
Orizon Meio Ambiente	698.302	(9)	11.254	**54.271**	**763.818**
Foxx Holding	61.414	-	-	**14.307**	**75.721**
Orizon Energia	80.706	-	-	**48.428**	**129.134**
Orizon Compostagem	(470)	599	-	**1.109**	**1.238**
Total	839.952	**590**	**11.254**	**118.115**	**969.911**

(*) Refere-se ao reconhecimento de equivalência proporcional de investida não controlada, pelo aporte de fração residual de terreno, gerando um ganho de investimento reflexo.

9. **Investimentos**—Continuação

	Controladora				
Investimento	**31/12/2022**	**Aumento de capital**	**Resultados abrangentes (*)**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2023**
Orizon Meio Ambiente	709.571	-	-	**(11.269)**	**698.302**
Foxx Holding	45.250	-	-	**16.164**	**61.414**
Orizon Energia	17.154	-	-	**63.552**	**80.706**
Orizon Compostagem	-	-	-	**(470)**	**(470)**
Total	771.975	**-**		**67.977**	**839.952**

	Consolidado				
	31/12/2023	**Reclassificações/Dividendos**	**Resultados abrangentes (*)**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2024**
Ses Haztec	(158)	-		-	**(158)**
Vamtec Haztec	2.738	(1.592)	-	785	**1.931**
UTE Paulínia	9.814	(9.574)	-	8.824	**9.064**
SPE Metropolitana	12.618	-	-	2.146	**14.764**
CTR Santa Luzia	24.087	32	11.254	1.585	**36.958**
Biometano Verde Paulínia	49.700	(963)	-	1.347	**50.084**
	-			-	**-**
Total	**98.799**	**(12.097)**	**11.254**	**14.687**	**112.643**

	Consolidado				
	31/12/2022	**Aumento de capital/Aquisição**	**Ganho na mensuração do investimento a valor justo**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2023**
Ses Haztec	(158)	-	-	-	**(158)**
Vamtec Haztec	2.317	993	-	(572)	**2.738**
UTE Paulínia	30.940	(30.703)	-	9.577	**9.814**
SPE Metropolitano	10.827	1.102	-	689	**12.618**
CTR Santa Luzia	-	23.421	-	666	**24.087**
Biometano Verde Paulínia	-	-	49.000	700	**49.700**
Total	**43.926**	**(5.187)**	**49.000**	**11.060**	**98.799**

(i) No exercício de 2023, houve devolução de AFAC da UTE Paulínia para sua controlada Orizon Meio Ambiente.

9. **Investimentos**—Continuação

Composição do saldo

demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas, controladas indiretas em conjunto e coligada indireta:

Investimento	Orizon Meio Ambiente	Foxx	Vamtec Haztec (i)	Ses Haztec (i)	UTE Paulínia (ii)	SPE Metropolitano (i)	Orizon Energia	Biometano Verde Paulínia	CTR Santa Luzia	Economia Circular
Patrimônio líquido em:										
31/12/2024	**763.818**	**75.721**	**3.862**	**(316)**	**27.192**	**29.528**	**129.134**	**102.212**	**73.916**	**2.880**
31/12/2023 (*)	698.302	61.414	5.476	(316)	9.814	25.236	80.706	101.429	33.286	(794)
Resultado do período findo em:										
31/12/2024	**54.271**	**14.307**	**1.570**	**-**	**26.472**	**4.292**	**48.428**	**2.749**	**3.170**	**2.086**
31/12/2023 (*)	(82.610)	6.884	630	-	23.886	-	17.154	1.429	1.332	(793)

(i) A Ses Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON.

(ii) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 33,33% na UTE Paulínia.

	Controladora		Consolidado	
	12/31/2024	**12/31/2023**	**12/31/2024**	**12/31/2023**
Investimentos	**969.911**	839.952	**112.801**	98.957
Provisão para perdas em investimentos	**-**	**-**	**(158)**	(158)
Total, líquido	**969.911**	839.952	**112.643**	98.799

10. Imobilizado (consolidado)

	Consolidado								
Imobilizado, líquido	**Terrenos**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)**	**Edificações**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Instalações (2)/(3)**	**Mais Valia**	**Total**
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.572	10.027	10.121	4.474	7.240	97.974	1.415.692	50.875	1.632.975
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	20.950	-	20.950
Adições	7	981	-	109	985	5.497	247.314	-	254.893
Baixas	(2.314)	(423)	-	(686)	-	-	(100)	-	(3.523)
Impairment	-	-	-	-	-	-	(35.391)	-	(35.391)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	6.120	6.120
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**34.265**	**10.585**	**10.121**	**3.897**	**8.225**	**103.471**	**1.648.465**	**56.995**	**1.876.024**
Saldo oriundo de aquisições de empresas	**318**	-	-	-	**51**	**90.720**	**61.423**	**656**	**153.168**
Adições	-	**7**	-	**248**	**516**	**6.203**	**562.805**	**23.507**	**593.286**
Baixas	-	**(912)**	**(21)**	-	**4**	**(531)**	**(865)**	-	**(2.325)**
Reclassificações	**3.566**	**(828)**	-	**(3.566)**	**(185)**	**(704)**	-	-	**(1.717)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**38.149**	**8.852**	**10.100**	**579**	**8.611**	**199.159**	**2.271.828**	**81.158**	**2.618.436**
Depreciação acumulada									
Saldo em 1° de janeiro de 2023	-	(9.799)	(8.637)	(483)	(5.132)	(70.083)	(744.650)	(9.112)	(847.896)
Adições	-	(872)	(146)	(14)	(276)	(11.126)	(89.190)	(6.624)	(108.248)
Baixas	-	520	-	270	2	-	95	-	887
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(10.151)	(8.783)	(227)	(5.406)	(81.209)	(833.745)	(15.736)	(955.257)
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	-	-	-	**(9)**	**(18.695)**	**(10.467)**	-	**(29.171)**
Adições	-	**(210)**	**(222)**	**(16)**	**(334)**	**(6.497)**	**(65.126)**	**(6.811)**	**(79.216)**
Baixas	-	**912**	**21**	-	-	**292**	**(759)**	-	**466**
Reclassificações	-	**828**	-	-	**185**	**7.680**	**(7.682)**	-	**1.011**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	**(8.621)**	**(8.984)**	**(243)**	**(5.564)**	**(98.429)**	**(917.779)**	**(22.547)**	**(1.062.167)**
Imobilizado, líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.265	434	1.338	3.670	2.819	22.262	814.720	41.259	920.767
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**38.149**	**231**	**1.116**	**336**	**3.047**	**100.730**	**1.354.049**	**58.611**	**1.556.269**
Vida útil média (anos)	-	**5**	-	**25**	**10**	**10**	**10**	-	-

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.).

(2) Referem-se substancialmente à construção de “células” (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula. Nesta rubrica também está classificado o montante de R$285.186 e R$78.021 referentes aos projetos para construção da unidade de WtE e UTM (nota 1) das controladas indiretas Barueri Energia e UTM Jaboatão, respectivamente.

11. Intangível (consolidado)

	Consolidado	
Intangível, líquido	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Aquisições:		
Ecopesa Ambiental S.A. (i)	**35.235**	35.235
Carteira de clientes	**-**	172
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (i)	**8.065**	8.065
ETR Gramacho	**2.731**	2.731
SPEs UPI Estre		
Licenças	**331.546**	353.498
Carteira de clientes	**2.082**	2.350
CGR Cuiabá/CGR Ambiental		
Licenças	**53.991**	56.447
Provisão para fechamento de aterro	**(2.045)**	(2.045)
Ecoparque Juazeiro - Licença	**5.572**	-
Oeste Ambiental - Licença	**5.177**	-
Subtotal - ágios e mais valias relacionados aaquisição de investimentos	**442.354**	456.453
Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra	**6.232**	6.844
Concessão da CTRA - alocação de preço de compra	**607**	902
Subtotal – concessões	**6.839**	7.746
Condicionantes das licenças de operação (LOs)	**715**	813
Software	**959**	858
Total	**450.867**	465.870

(i) Ágios oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até 2016 e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis.

(ii) As licenças estão subdivididas em 6 aquisições e serão amortizadas até 2046.

11. Intangível (consolidado)

A movimentação dos intangíveis é como se segue:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	525.522
Adição de intangíveis	441
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	(24.927)
Reclassificação	(1.321)
Provisão para redução ao valor recuperável	(32.671)
Amortização dos intangíveis de concessão	(907)
Amortização de outos intangíveis	(267)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	465.870
Alocação de preço de compra	**10.749**
Adição de intangíveis	**197**
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	**(24.848)**
Amortização dos intangíveis de concessão	**(907)**
Amortização de outros intangíveis	**(194)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**450.867**

Perdas por redução ao valor recuperável

No mínimo uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios *("goodwill")* gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeira relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2024 a Companhia realizou a análise de indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos.

A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes:

11. Intangível (consolidado)–Continuação

Perdas por redução ao valor recuperável–Continuação

- Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia;

- Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos.

A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC – Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

UGC	Taxa média de Crescimento	Taxa de desconto antes dos impostos	Ativos líquidos em 31/12/2024	Metodologia Utilizada
Plastimassa	5%	15%	15.919	Valor em uso
Ecopesa	5%	15%	112.158	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	5%	15%	26.755	Valor em uso

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou necessidade de constituição para provisão de redução ao valor recuperável.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023
Haztec (ii)	Debêntures	30/01/2022	CDI + 2,5% a.a.	**515.295**	510.035
Custos com emissão de Debêntures	Debêntures			**(1.041)**	(1.173)
Ajuste a valor justo				**(13.188)**	(21.786)
Total				**501.066**	487.076
Circulante				**62.634**	-
Não circulante				**438.432**	487.076

(i) Valor decorrente das debêntures da Orizon adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente. Em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamentos, conforme detalhado nesta nota.

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Banco ABC do Brasil	Capital de giro	11/10/2024 12/01/2026	CDI + 0,2141% a.m.CDI + 2,47% a.a.	**72.113**	18.872
Banco do Brasil	Capital de giro	10/04/2026 10/06/2027	CDI + 2,21% a.a.CDI + 2,27% a.a.	**63.917**	-
Debêntures	Debêntures	30/11/2028	CDI + 2,6% a.a.	**402.420**	402.128
Debêntures	Debêntures	15/11/2035	CDI + 3,8% a.a.	**247.822**	253.197
Debêntures	Debêntures	15/11/2031	IPCA + 6,76% a.a	**282.461**	277.066
Debêntures	Debêntures	15/03/2043	IPCA + 7,7959% a.a.	**415.562**	-
Custos na captação de empréstimo/ emissão de debêntures				**(69.527)**	(32.624)
Banco Safra	Capital de giro	03/06/2026	8,11% a.a.	**26.729**	5.040
Ajuste a valor justo – MTM swap				**(4.014)**	-
Banco Votorantim	Capital de giro	22/07/2024 02/04/2026	CDI + 2,6% a.a.CDI + 2,65% a.a.	**50.357**	10.652
Banco Bradesco	Capital de giro	30/04/2029	CDI + 1% a.a.	**96.378**	86.060
Banco do Nordeste	Capital de giro	15/11/2039	IPCA + 3,88% a.a	**181.094**	
Ajuste a valor presente				**(21.234)**	(23.860)
International Finance Corporation ("IFC")	Capital de giro	15/04/2031	CDI + 2,9% a.a.	**124.263**	134.043
Custos na captação de dívidas				**-**	(4.012)
Custos com emissão de Debêntures				**(1.043)**	(1.173)
Total				**1.867.298**	1.125.389
Circulante				**140.957**	45.583
Não circulante				**1.726.341**	1.079.806

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo em 1° de janeiro	**487.076**	418.912	**1.125.389**	1.015.154
Encargos financeiros (Resultado)	**69.523**	69.709	**185.472**	154.450
Encargos financeiros (Capitalizações no ativo)	**-**	-	**11.024**	-
Ajuste a valor justo/ presente	**8.598**	(1.428)	**(1.388)**	(409)
Variação cambial	**-**	-	**4.597**	
Captações/ assunções de dívida	**-**	-	**1.196.000**	130.000
Diferimento de gastos na captação de recursos	**130**	(117)	**(32.761)**	(4.131)
Pagamento de principal	**(64.261)**	-	**(467.145)**	(36.750)
Pagamento de juros	**-**	-	**(153.890)**	(132.925)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023	**501.066**	487.076	**1.867.298**	1.125.389

Cronograma de pagamentos

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

2026	**289.118**
2027	**210.418**
2028	**211.761**
2029 em diante	**1.015.044**
Total	**1.726.341**

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos--Continuação

CTRNI - Banco ABC Brasil (Consolidado)

Em 25 de setembro de 2024, a controlada indireta CTRNI assinou com o Banco ABC do Brasil Termo de Emissão da Terceira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, no montante de R$60.000. A dívida será liquidada em parcela única, vencendo em 25 de setembro de 2026, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,47% a.a. Os juros serão pagos semestralmente em três parcelas a partir de 25 de março de 2025. O Termo também possui clausula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento.

As dívidas possuem alguns *covenants* financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos--Continuação

CTRNI - Banco Safra (Consolidado)

Em 04 de junho de 2024, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$30.000 (USD5.718 convertido a taxa de R$5,25 na data de contratação) junto ao Banco Safra, através de emissão de cédula única de crédito internacional. O montante será remunerado em uma taxa fixa de 8,11% a.a. em moeda estrangeira. A dívida será quitada em 8 parcelas trimestrais de R$3.751 (USD715), ocorrendo o primeiro vencimento em 03 de setembro de 2024 e o último em 26 de maio de 2026. Por se tratar de dívida em moeda estrangeira, a Companhia firmou contrato de swap para proteção de oscilações cambiais durante a vigência da dívida, a taxa final contratada é de CDI+2,3% a.a..

A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros em linha com os outros empréstimos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas.

CTRNI – Banco do Brasil (Consolidado)

Em 29 de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$15.000 junto ao Banco do Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por CDI + 2,21% a.a. A dívida será quitada em 18 parcelas mensais de R$833, sendo a primeira com vencimento em 10 de abril 2024 e a última em 11 de março 2026.

Adicionalmente, em 24 de junho de 2024, a controlada indireta CTRNI captou o montante de R$50.000 junto ao Banco do Brasil, através de emissão de cédula única. Este montante é remunerado por 100% do CDI + 2,27% a.a. A dívida será quitada em 3 parcelas anuais de R$16.667, sendo a primeira com vencimento em 10 de junho 2025 e a última em 10 de junho 2027.

A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros em linha com os outros empréstimos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos--Continuação

CTR NI - Banco Votorantim (Consolidado)

Em 1° de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI firmou com o Banco Votorantim Termo de Emissão de Notas Comerciais Escrituradas, em Série Única, no montante de R$65.000, representado por 65.000 notas comerciais. A dívida será liquidada em 4 parcelas semestrais de R$16.250, vencendo a primeira em 02 de outubro 2024 e a última em 02 de abril 2026, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,65% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento.

As dívidas possuem alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado:

A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros em linha com os outros empréstimos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas.

Orizon Biometano Jaboatão – Notas Comerciais - Itau (Consolidado)

Em 11 de setembro de 2024, a controlada indireta Orizon Biometano Jaboatão firmou Termo de Emissão de Notas Comerciais Escrituradas, em Série Única, no montante de R$180.000, representado por 180.000 notas comerciais. A dívida será liquidada em parcela única, vencendo em 18 de setembro de 2025, com remuneração de 100% da variação do CDI + 1,65% a.a. O Termo também possui cláusula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento.

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia liquidou a dívida no montante atualizado de R$185.832.

Em 25 de setembro de 2024, a controlada indireta Orizon Biometano Jaboatão assinou com o Banco do Nordeste do Brasil Contrato Particular, no montante de R$70.000. A dívida será liquidada em parcela única, vencendo em 18 de setembro de 2025, com remuneração de 100% da variação do CDI + 2,8% a.a. O desembolso do valor contratado ocorreu apenas no ínicio de outubro de 2024. Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia liquidou a dívida no montante atualizado de R$72.017.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Em 30 de dezembro de 2025, foi desembolsado o valor de R$181.000, junto ao Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) , no âmbito de contrato de financiamento assinado na mesma data no valor total de R$266.791. O contrato de financiamento tem prazo de 15 anos, vencendo a última parcela em 15 de dezembro de 2039, e carência de principal de 3 anos, ocorrendo o primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2028. A remuneração da operação será peo IPCA + 3,8831% a.a. e, considerando bônus de adimplemento, IPCA + 3,30% a.a.

Para o desembolso da operação foi emitida carta de fiança bancária no volume inicial de R$186.754, junto ao Banco Itau, em benefício do BNB, pelo prazo de 24 meses, com custo de comissão de fiança bancária de 1,33% a.a., com limite máximo de R$240.000. Sobre a diferença entre o volume emitido e o limite máximo será paga comissão de compromisso de 0,60% a.a. Sendo ambas pagas trimestralmente de forma postecipada.

As dívidas possuem alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, desde que não haja prévia aprovação do credor. Ademais, vale destacar as seguintes outros itens de vencimento antecipado:

A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de comprometimento da capacidade de pagamento menor ou igual a 50%, conforme método de cálculo definido em clausula pelo credor.

Orizon Meio Ambiente - Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado)

Em 23 de junho de 2020, a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente, passando a Companhia a ser devedora da dívida de sua controlada direta e quitando a dívida que a Companhia possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, a Companhia possui reconhecido montante de R$21.234 (R$23.860 em 31 de dezembro de 2023) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma.

Desta forma, o Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com interveniência e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissao, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthesis junto ao Banco Bradesco, a ser pago da seguinte forma:

(a) 12 parcelas no valor de R$327, mensais e consecutivas, e;

(b) O saldo devedor remanescente no dia 30 de abril de 2029

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos—Continuação

Após 19 de junho 2021, os juros remuneratórios passaram a ser calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1% e, sobre o valor acrescido, atualização de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, apurada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No referido documento, Synthesis e Companhia, em decorrência do ajustado no Instrumento de Confissão e Assunção de Dívida, outorgaram-se mútua e recíproca quitação, para nada mais reclamarem, uma da outra, a que tempo ou título for em relação ao saldo existente entre as partes.

Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 4ª Emissão (Consolidado)

Em 16 de novembro de 2021, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, da Orizon Meio Ambiente, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, de 500.000 Debêntures, sendo: (i) 250.000 Debêntures da primeira série; e (ii) 250.000 Debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R$500.000 na data de emissão. Os recursos captados na Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados exclusivamente para os custos relativos à Emissão, e para a consecução, adequação e ampliação das centrais de tratamento de resíduos localizadas em Barra Mansa, Nova Iguaçu e Alcântara, enquanto os recursos captados na Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para refinanciamento de dívidas existentes e para utilização geral da Companhia, de acordo com seu objeto social. As séries foram emitidas pela controlada Orizon Meio Ambiente.

As debêntures possuíam prazo de carência de principal e a partir novembro de 2023, os valores de principal e juros começarão a ser pagos em parcelas semestrais até os respectivos vencimentos da primeira e segunda série, em 15 de novembro de 2035 e 15 de novembro de 2031, respectivamente. As correções das séries ocorrerão pelo CDI + 3,8% a.a e IPCA + 6,76% a.a., respectivamente.

A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se:

- Listagem da controlada Orizon Meio Ambiente na CVM - Tipo B. No 4° trimestre de 2022, a Orizon Meio Ambiente teve seu registro na CVM (“Comissão de Valores Mobiliários”) na categoria Tipo B para realização de transações de capital.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos--Continuação

- Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas).

- Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como:

Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 4ª Emissão (Consolidado)--Continuação

- Relação Dívida Líquida x EBITDA – Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento;
- Relação EBITDA x Despesas Financeiras - Não inferior a 2,0x;
- Índice de Cobertura do Serviço de Dívida – Não inferior a 1,25x
- Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura;
- Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo;
- Não haver decretar decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora;
- Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas.

Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão (Consolidado)

Em 11 de novembro de 2022, foi aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em 1 (uma) série única, da Orizon Meio Ambiente S.A. (“Debêntures”), controlada da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (revogada pela CVM nº 160), de 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures, perfazendo o montante total de R$400.000 (quatrocentos milhões de reais) na data de emissão (“Emissão”). Os recursos captados na Emissão de Debêntures serão utilizados para (i) refinanciamento de dívidas existentes da OMA, e (ii) financiamento do plano de expansão da Companhia e suas investidas.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos--Continuação

As debêntures possuem prazo de carência de principal até dezembro de 2025, sendo que os valores de principal começarão a ser pagos em 36 parcelas mensais até novembro de 2028. Os juros começaram a ser pagos mensalmente a partir de dezembro de 2022. A remuneração desta emissão é de 100% CDI + 2,4% a.a. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de dezembro de 2022. Dentre estas destacam-se:

Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão (Consolidado)--Continuação

- Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas).
- Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como:
- Relação Dívida Líquida x EBITDA – Deve ser igual ou inferior a 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento;
- Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x;
- Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura;
- Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo;
- Não haver decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora;
- Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures encontram-se atendidas.

Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation (“IFC”)

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos--Continuação

Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC")--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, a Orizon Meio Ambiente celebrou contrato de financiamento com a IFC, braço do Banco Mundial voltado ao setor privado, para fortalecer a estratégia de crescimento e posicionamento do grupo. O financiamento, no montante de R$130.000, foi desembolsado em 04 setembro de 2023, objetivando principalmente reembolso de investimentos realizados em triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume, com vencimento final em 15 de abril de 2031, com 1 ano de carência de principal e pagamentos semestrais de juros e principal.

O financiamento possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, destacando-se abaixo os principais:

- Relação Dívida Líquida x EBITDA – Deve ser inferior ou igual a 4,5x a 3,5x, devendo a menor ocorrer a partir de 2025;
- Relação EBITDA x Despesa Financeira - Não inferior a 2,0x;
- Índice de cobertura do serviço da dívida - Não inferior a 1,25x.
- Restrição a reorganizações societárias exceto pelos casos permitidos no contrato de empréstimo.

Barueri Energia - Emissão de novas debêntures

Em 2 de julho de 2024, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da controlada indireta Barueri Energia Renovável ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R$395.000 na data de emissão. A data de emissão das Debêntures é 15 de junho de 2024, sendo que o vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 18 (dezoito) anos e 9 (nove) meses a contar da data de emissão, ou seja, 15 de março de 2043 ("Emissão") e terão prazo de vencimento de 18 (dezoito) anos e 09 (nove) meses da data de emissão, tendo 3 (três) anos de carência para pagamento de juros e principal, correção monetária pelo IPCA e juros remuneratórios de 7,7959% ao ano, base 252 dias úteis.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos--Continuação

Emissão de novas debêntures – Barueri Energia--Continuação

As Debêntures contam com o incentivo previsto no artigo 2º, parágrafos 1º e 1º-B da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011 e serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, por determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (Coordenadores). A oferta será registrada sob o rito de registro automático e será destinada exclusivamente a investidores qualificados (conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM n.º 30, de 11 de maio de 2021, nos termos da Resolução CVM n.º 160, de 13 de julho de 2022 (“Resolução CVM 160”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os recursos líquidos captados com a Emissão serão utilizados para implementação do empreendimento de geração de energia através da incineração de resíduos sólidos urbanos (“RSU”), com potência instalada de 20MW e recebimento de 870 ton/dia de RSU. A tecnologia

utilizada nesta usina é, amplamente, a mais utilizada no mundo em usinas do tipo Waste-to-Energy (WtE) e tem como principais atrativos a área reduzida para instalação, robustez tecnológica e a possibilidade de implantação em localidades próximas a grandes centros urbanos.

As Debêntures serão caracterizadas como “debêntures verdes” tendo em vista a conformidade, em seus aspectos materiais, aos Green Bond Principles e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável. Esta caracterização será confirmada com base em parecer de segunda opinião emitido por consultoria especializada, conforme previsto nos documentos da oferta.

Por fim, a S&P Global Ratings atribuiu o rating “brAA-“, com perspectiva estável, à Emissão, conforme comunicado à imprensa divulgado em 2 de julho de 2024.

Em 07 de agosto de 2024, foi encerrada a oferta pública da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em série única, da Barueri Energia Renovável S.A. (“Debêntures"), tendo sido integralizado o montante total de R$ 395.000 (trezentos e noventa e cinco milhões de reais).

A dívida possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos--Continuação

5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui obrigações descumpridas.

5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão

Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu a Escritura Particular de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R$150.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI+*Spread* que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/ EBITDA".

As debêntures possuíam prazo de carência de principal e juros de 24 meses com cronograma de pagamento a partir de janeiro de 2017, devendo os valores de principal e juros começarem a ser pagos trimestralmente, em 21 parcelas, até o vencimento destas debêntures, que originalmente deveria ocorrer em janeiro de 2022. Conforme detalhado nesta nota, a operação estava suportada por waiver obtido em 2021 com validade até novembro de 2023 com efeito de suspensão de vencimento desta dívida.

A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia foi repactuada em 26 de dezembro de 2022, sendo mantidos os *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente às situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação dos debenturistas e das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures.

Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples

Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento ("*Term Sheet*") entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmados na Escritura Original destas debêntures.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Em 29 de dezembro de 2022, foi assinado, pela controlada Orizon Meio Ambiente e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos, termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cuja quitação ocorreu pelo valor R$305.964. Na data da quitação, a dívida estava atualizada com valor de face de R$381.912, com efeito de dedução do *AVJ* no montante de R$75.948. No ato da quitação, foram apurados os devidos impostos sobre a realização do *AVJ*, tratado na origem com efeitos de diferimento de temporalidade. O saldo de AVP e seu respectivos impostos diferidos foram revertidos no montante de R$59.060, sendo neutralizados no consolidado pelo lançamento da controlada.

Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia quitou parcela no montante de R$64.262 da 5ª Emissão de Debêntures Simples, com efeito de dedução do *AVJ* no montante de R$9.869, com os efeitos fiscais correspondentes de impostos diferidos.

Arrendamentos (Consolidado)

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes expedientes práticos na mensuração dos impactos a serem produzidos quando da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16:

- Aplicação de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital.
- Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos.
- Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual.

Arrendamentos (Consolidado)--Continuação

Orizon Meio Ambiente - Banco Safra (Consolidado)

Em 18 de outubro de 2022, a controlada Orizon Meio Ambiente assinou 2 Contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Banco Safra, no montante total de R$9.667. Os objetos dos contratos são arrendamentos de unidades de tratamento de chorume procedente de aterro sanitário (ecoparque) por osmose reversa.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

A dívida será liquidada em 48 parcelas mensais, vencendo a primeira em novembro de 2022 e a última em outubro de 2026, com remuneração de 2,86% a.a. O Termo também possui clausula de vencimento antecipado condicionado à manutenção de determinadas condições previstas no documento, tais como: ausência no pagamento de parcelas do contrato, obrigações de IPVA, multas por infração de trânsito, dentre outros.

Orizon Meio Ambiente –Société Générale Equipment Finance S.A. (Consolidado)

Em 17 de agosto de 2023, a OMA firmou com o Société Générale Equipment Finance S.A. contrato de financiamento para aquisição de central de sucção e queima de biogás no montante de 7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de R$135, vencendo a primeira em 28 de outubro de 2023 e a última em 28 de setembro de 2028, com remuneração de CDI + 3% a.a..

A movimentação dos arrendamentos para 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Leasing
Saldo em 1º de janeiro de 2023	56.011
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	29.323
Pagamento de principal	(32.948)
Pagamento de juros	(4.433)
Juros apropriados no período	4.433
Saldo em 31 de dezembro de 2023	52.386
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	**117.412**
Baixa de contratos no período - IFRS 16	**(8.731)**
Pagamento de principal	**(54.281)**
Pagamento de juros	**(4.358)**
Juros apropriados no período	**5.273**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**107.701**
Circulante	**45.319**
Não circulante	**62.382**

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Cronograma de pagamentos (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2026	**56.739**
2027	**2.711**
2028	**1.234**
2029	**1.037**
2030 em diante	**661**
Total	**62.382**

Ativo de direito de uso (Consolidado)

Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos.

Em 31 de dezembro de 2024, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2022	42.658
Adições no exercício	29.323
Amortização do direito de uso no exercício	(31.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.670
Adição de novos contratos - IFRS 16	**117.412**
Baixa de contratos no período - IFRS 16	**(8.731)**
Amortização do direito de uso no período	**(50.802)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**98.549**

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado)

A Companhia possui o direito de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2024 de R$5.021 (R$3.048 em 31 de dezembro de 2023).

13. Fornecedores

Os saldos em aberto referem-se principalmente à aquisição de materiais e serviços para operação em projetos da controladora e nos aterros sanitários das controladas.

A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fornecedores	**419**	1.295	**106.723**	59.533

14. Outorgas a pagar (consolidado)

Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente.

Aterro sanitário	**Percentual da outorga**	**Índice de correção (a.m.)**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Orizon Meio Ambiente	10%	INPC + 1%	**102**	**101**
CTRNI	6%	IGPM	**2.814**	**5.855**
CTRA	10%	IPCA + 1%	**4.219**	**3.569**
CTRBM	6%	IPCA + 1%	**4.767**	**4.443**
URE-JP	10%	-	**600**	**850**
Total			**12.502**	14.818

15. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Salários e honorários a pagar	**649**	467	**4.871**	5.033
INSS a recolher	**350**	289	**7.590**	4.036
FGTS a recolher	**5**	-	**1.026**	935
Provisão e encargos sobre férias	**73**	-	**14.937**	12.976
Provisão e encargos sobre 13° salário	**-**	-	**-**	-
IRRF sobre salários	**660**	521	**2.823**	1.813
Outros	**-**	1	**846**	455
Total	**1.737**	1.278	**32.093**	25.248

16. Parcelamento de impostos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
IRRF	**8.123**	9.768	8.123	9.777
INSS	**486**	608	6.951	8.937
ISS (1)	**-**	-	20	619
ICMS (2)	**-**	-	856	1.437
COFINS (3)	**2.906**	3.471	17.338	23.174
IRPJ (3)	**-**	-	15.061	15.077
CSLL (3)	**-**	-	5.648	6.283
PIS (3)	**473**	562	4.291	5.948
PERT (3)	**12**	-	7.542	11.660
Total	**12.000**	14.409	**65.830**	82.912
Circulante	**3.391**	**564**	**24.544**	**19.011**
Não circulante	**8.609**	**13.845**	**41.286**	**63.901**

(1) No 4° trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas.

(2) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações, com saldo atualizado de R$8.702 em 31 de dezembro de 2024.

A maior parte dos saldos de parcelamentos possui entre vencimento até 2027, cuja remuneração ocorre pela taxa Selic.

16. Parcelamento de impostos (consolidado)--Continuação

Cronograma de pagamentos

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

2026	**6.193**
2027	**12.386**
2028	**12.386**
2029 em diante	**10.321**
Total	**41.286**

17. Provisão para contingências

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável

Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Trabalhistas	**6.796**	11.210
Cíveis	**4.912**	2.945
Tributárias	**7.383**	7.322
Total	**19.091**	21.477

17. Provisão para contingências--Continuação

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	**Tributários**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 1° de janeiro de 2023	14.930	4.596	5.549	25.075
Adições/Reversões	(2.331)	2.726	(300)	95
Pagamentos	(1.389)	-	(2.304)	(3.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.210	7.322	2.945	21.477
Adições/Reversões	**(4.270)**	**166**	**2.597**	**(1.507)**
Pagamentos	**(144)**	**(105)**	**(630)**	**(879)**
Saldo em 31 de março de 2024	**6.796**	**7.383**	**4.912**	**19.091**

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões.

Os processos cíveis provisionados, estão relacionados principalmente à controlada indireta Barueri Energia, referentes a lítigios com fornecedores na implantação de projeto para a planta de waste-to-energy, cujos saldos estão substancialmente suportados por depósitos judiciais.

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável--Continuação

A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a Companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos.

b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível

Em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

Natureza dos processos	**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Cível	**126.083**	122.562
Trabalhista	**18.938**	11.681
Tributário	**313.405**	289.068
Total	**458.426**	423.311

17. Provisão para contingências--Continuação

(1) *Cível*

- Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal.
- Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial.
- Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório.
- Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças.
- Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico.

(2) *Trabalhista*

- Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários.

(3) *Tributário*

- Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado.
- Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos.
- Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.
- Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos.

17. Provisão para contingências--Continuação

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Depósitos judiciais	-	-	**6.066**	**10.938**

A Barueri Energia Renovável é objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes.

18. Adiantamento de clientes (consolidado)

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados.

Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

Saldo em 1° de janeiro de 2023	24.140
Adiantamentos recebidos	26.136
Compensações	(46.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.976
Adiantamentos recebidos	**17.310**
Compensações	**(12.725)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**8.561**

Em 25 de setembro de 2024, a UTE Paraíba e UTE Pernambuco firmaram contrato de compra e venda de energia elétrica, nos montantes de R$30.000 e R$120.000, respectivamente. Os contratos prevêem que a entrega de energia ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2027.

Em virtude deste contrato, foi antecipado o montante total de R$150.000 ainda em setembro.

19. Contas a pagar

Aquisição de empresas

Aquisição SPEs - UPI Estre

Conforme detalhado na nota 1, em 19 de abril de 2022 a controlada Orizon Meio Ambiente concluiu o processo de aquisição da UPI Aterros. A movimentação do saldo está apresentada abaixo:

	Fluxo de pagamento - Aquisição SPEs UPI Estre		
	(1)	**(2)**	
Saldo em 1° de janeiro de 2023	47.295	324.818	372.113
Pagamentos realizados e janeiro a dezembro/2023	(18.754)	(324.818)	(343.572)
Ajuste a valor presente	8.165		8.165
Saldo em 31 de dezembro de 2023	36.706	-	36.706
Pagamentos realizados e janeiro a dezembr/2024	(38.750)	-	(38.750)
Ajuste a valor presente	6.941	-	6.941
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.897**	**-**	**4.897**

Adicionalmente, nesta rubrica há montante de R$933 referente a saldo residual da CTR Santa Luzia.

Os saldos estão integralmente classificados no passivo circulante.

(1) O montante será liquidado em 48 parcelas fixas e irreajustáveis de R$1.562. Em 31 de dezembro 2024 havia 12 parcelas em aberto. Uma vez que estas parcelas de longo prazo não possuíam incidência de juros, a Companhia calculou o ajuste a valor presente. Em setembro de 2024, a Companhia antecipou o montante de R$10 milhões da dívida com a Estre, com previsão para antecipação de quitação total da dívida até o início de 2025.

(2) Até 31 de dezembro de 2022, este montante estava registrado na rubrica de Instrumentos Patrimoniais no Patrimônio líquido e era apresentado nesta nota para composição da dívida total pela aquisição das SPEs UPI Estre. Em fevereiro de 2023, foi homologado o aumento de capital da Orizon e parte das ações emitidas foram entregues a Jive para quitação do saldo em aberto.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia é de R$1.091.127, representado por 82.951 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária:

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2024:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionistas de referência	**36.363**	**43,84%**
Hix Investimentos Ltda ("HIX")	**4.203**	**5,07%**
Free Float	**42.385**	**51,10%**
Total	**82.951**	**100%**

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2023:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionistas de referência	37.311	44,98%
Equitas Administração de Fundos de Investimento Ltda (“Equitas”) - Free Float	5.440	6,56%
Hix Investimentos Ltda ("HIX") - Free Float	4.203	5,07%
Outros acionistas - Free Float	35.997	43,40%
Total	82.951	100%

b) Reserva de capital

b.1) *Ágio na emissão de novas ações*

Em 7 de fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31 de março de 2012, que apresentava o montante de R$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da Foxx Holding passou a ser de R$5.838, gerando um aumento de R$3.023 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia como ágio na emissão de novas ações.

20. Patrimônio líquido--Continuação

b.2) *Outras reservas*

Conversão de instrumentos patrimoniais - Debêntures Conversíveis

Em 1° de janeiro a de 2013, a Companhia possuía o montante de R$133.898 de instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis. Em 07 de fevereiro de 2013, o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, na qualidade de debenturista da Companhia, converteu parcialmente em ações no valor de R$103.021 as debêntures de sua titularidade, remanescendo ainda o saldo de R$30.877.

Recursos excedentes captados na oferta pública de ações

Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia formalizou o aumento de capital social no montante de R$381.400 mediante a emissão de 17.336 novas ações ordinárias, no valor unitário de R$22,00, passando a quantidade de ações de 54.164 para 71.500 e montante de R$544.323 para R$844.323. Estas novas ações foram objeto da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias. A Oferta Pública de Ações da Companhia ocorreu 17 de fevereiro de 2021 com preço de R$22,00 por ação ordinária (ORVR3), tendo a Companhia captado o valor bruto de R$381.400 e recebido o valor de R$359.977 líquido dos custos da transação.

Uma vez que o aumento autorizado do capital social foi de R$300.000, o montante excedente de R$81.400 foi alocado na rubrica de reserva de capital no patrimônio líquido.

Ganho de capital em transação com sócios

Em 22 de dezembro de 2022, a Orizon alienou 20% do capital social da Barueri Energia Renovável, gerando um ganho líquido de R$ 28.313. Uma vez que esta transação não gerou perda de controle, o resultado positivo da transação foi alocado no patrimônio líquido, na rubrica de outras reservas de capital.

Pagamento baseado em ações

Adicionalmente, 589 (mil) ações, valorizadas a R$23.386, foram utilizadas para a quitação da dívida referente a pagamento baseado em ações.

20. Patrimônio líquido--Continuação

b.3) *Bônus de Subscrição*

Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficara registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP, representado pela sua gestora Jive Asset Gestão de Recursos Ltda., para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. O montante foi integralmente exercido pela Jive na emissão de novas ocorrida em abril de 2023.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas Demonstrações financeiras Individuais na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R$1.304, foi reavaliado para R$16.999, gerando um efeito bruto de R$15.695 (R$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%).

d) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal.

20. Patrimônio líquido--Continuação

e) Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação

Nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro do exercício	**60.897**	40.115	**74.476**	50.167
Quantidade de ações ordinárias	**82.951**	82.951	**82.951**	82.951
Prejuízo básico e dilupido por ação	**0,73**	0,48	**0,90**	0,60
Quantidade de ações potenciais diluidoras em períodos futuros com lucro(1)	**82.951**	71.500	**82.951**	71.500

* A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor no exercício

21. Receita operacional líquida (consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita operacional bruta	**39.076**	-	**1.040.467**	891.307
Deduções da receita bruta				
Programa de Integração Social – PIS	**-**	-	**(14.145)**	(13.240)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	**-**	-	**(64.503)**	(54.072)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	**-**	-	**(41.535)**	(36.578)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**-**	-	**(5.680)**	(3.235)
Outros	**-**	-	**(4.933)**	(3.705)
Total dos impostos incidentes	**-**	-	**(130.796)**	(110.830)
Vendas canceladas	**-**	-	**(6.198)**	(4.201)
Receita operacional líquida	**39.076**	**-**	**903.473**	776.276

(*) Na controladora, refere-se à comercialização de créditos de carbono de operações de controladas.

22. Custos e despesas gerais e administrativas

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	**-**	**(14.342)**	**(14.342)**	-	(13.395)	(13.395)
Serviços de terceiros	**-**	**(7.368)**	**(7.368)**	-	(7.673)	(7.673)
Outros	**(12.267)**	**(1.140)**	**(13.407)**	-	(679)	(679)
Total	**(12.267)**	**(22.850)**	**(35.117)**	-	(21.747)	(21.747)

(*) Em 31 de dezembro de 2024, o montante nesta linha refere-se ao repasse dos valores de comercialização de crédito de carbono para as unidades geradoras (Orizon Meio Ambiente – Jaboatão e Foxx URE-JP – Paraíba), cuja receita foi auferida pela Companhia.

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (salários e ordenados)	**(125.835)**	**(66.869)**	**(192.704)**	(126.332)	(55.163)	(181.495)
Materiais de produção e consumo	**(81.492)**	**(4.082)**	**(85.574)**	(90.620)	-	(90.620)
Depreciação e amortização	**(125.711)**	**(30.256)**	**(155.967)**	(155.508)	(10.152)	(165.660)
Provisão para fechamento de aterro	**(4.512)**	**-**	**(4.512)**	(1.863)	-	(1.863)
Serviços de terceiros	**(51.871)**	**(39.423)**	**(91.294)**	(63.693)	(46.755)	(110.448)
Aluguéis	**(179)**	**(1.399)**	**(1.578)**	(13.024)	(3.840)	(16.864)
Outorgas	**(13.126)**	**-**	**(13.126)**	(12.709)	(2.262)	(14.971)
Energia (*)	**(16.424)**	**(3.378)**	**(19.802)**	(11.075)	(292)	(11.367)
Combustiveis	**(34.123)**	**-**	**(34.123)**	(35.279)	(1)	(35.280)
Fretes	**(731)**	**(117)**	**(848)**	(4.946)	-	(4.946)
Outros	**(35.922)**	**(18.659)**	**(54.581)**	(13.550)	(14.258)	(27.808)
Total	**(489.926)**	**(164.183)**	**(654.109)**	(528.599)	(132.723)	(661.322)

22. Custos e despesas gerais e administrativas--Continuação

Abaixo, detalhamento dos custos e despesas de depreciação e provisão para fechamento de aterro por suas respectivas naturezas:

	31/12/2024	31/12/2023
Amortização Ecoparques	**(47.671)**	(77.925)
Amortização Mais Valia	**(32.566)**	(33.779)
Amortização IFRS 16	**(50.802)**	(31.311)
Demais depreciações	**(29.440)**	(24.508)
Total	**(160.479)**	(167.523)

23. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	**7.656**	-	**4.177**	49.000
Variação cambial ativa	**1.278**	-	**12.561**	2
Rendimentos de aplicações financeiras	**1.229**	17.095	**40.894**	28.525
Descontos financeiros obtidos	**-**	2	**95**	-
Outras receitas financeiras	**59**	188	**7.287**	8.592
PIS e COFINS sobre receita financeira	**399**	(1.231)	**(6.371)**	(5.732)
Total	**10.621**	16.054	**58.643**	**80.387**
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo (*)	**(6.385)**	-	**(9.736)**	(10.162)
Variação cambial passiva	**(1.153)**	(3)	**(6.623)**	(4.515)
Juros de empréstimos e financiamentos	**(69.523)**	(69.714)	**(190.746)**	(157.978)
Multa e juros	**(1.195)**	(2.605)	**(13.411)**	(13.916)
Desconto concedido	**-**	-	**(586)**	(1.154)
Outras despesas financeiras	**(770)**	(373)	**(8.311)**	(11.466)
Total	**(79.026)**	(72.695)	**(229.413)**	**(199.191)**
Resultado financeiro, líquido	**(68.405)**	(56.641)	**(170.770)**	**(118.804)**

(*) O montante alocado nesta rubrica não representa impacto de caixa, mas ajustes temporais de recursos pelos efeitos de correções monetárias.

24. Informações por segmento

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Tratamento e destinação final	**Energia, biogás e crédito de carbono**	**Beneficiamento de resíduos/WTE**	**Engenharia Ambiental**	**Total**
Receita operacional líquida	**652.768**	**170.605**	**57.171**	**22.929**	**903.473**
Custo dos serviços prestados	**(263.524)**	**(19.495)**	**(54.560)**	**(22.124)**	**(359.703)**
Lucro bruto antes da depreciação	**389.244**	**151.110**	**2.611**	**805**	**543.770**
Custos de depreciação					**(130.223)**
Lucro bruto					**413.547**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas					**(164.183)**
Outras receitas, líquidas					**9.067**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial					**(155.116)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras					**58.643**
Despesas financeiras					**(229.413)**
Resultado financeiro, líquido					**(170.770)**
Resultado de equivalência patrimonial					**14.687**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					**102.348**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente					**(33.704)**
Diferido					**5.832**
Lucro líquido do exercício					**74.476**

24. Informações por segmento--Continuação

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Tratamento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/WTE	Engenharia Ambiental	Total
Receita operacional líquida	**583.021**	**117.548**	**45.373**	**31.134**	**776.276**
Custo dos serviços prestados	**(263.673)**	**(14.891)**	**(58.684)**	**(33.980)**	**(371.228)**
Lucro bruto antes da depreciação	**319.348**	**101.857**	**(13.311)**	**(2.846)**	**405.048**
Fvo					
Custos de depreciação					**(157.371)**
Lucro bruto					**247.677**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas					**(132.723)**
Outras receitas (despesas), líquidas					**63.706**
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial					**(69.017)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras					**80.387**
Despesas financeiras					**(199.191)**
Resultado financeiro, líquido					**(118.804)**
Resultado de equivalência patrimonial					**11.060**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					**70.916**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente					**(34.665)**
Diferido					**13.916**
Lucro líquido do exercício					**50.167**

25. Compromissos (consolidado)

Barueri Energia - Entrega de energia em atendimento à leilão:

Em 2021, a Companhia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 2027, a Companhia comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R$613,64/MWh, totalizando cerca de R$1,3 bilhão para o período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A Companhia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de recebimento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano.

Atualmente, a planta encontra-se ainda em fase de construção, com previsão de conclusão ao longo do exercício de 2026.

Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono

A Companhia através de suas controladas indiretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5.

Fornecimento de Biogás

Investidas indiretas – CTRNI e CTRA

A Companhia através de suas controladas indiretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R$0,12 à R$0,14 por Nm3 (data-base: outubro-2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE.

OMA – Biometano Verde Paulínia

A controlada OMA possui compromisso de fornecedor biogás com a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m^3 podendo alcançar até 300.000 m^3. O contrato possui previsão para iniciar até o final de 2025.

Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo:

- Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 Nm^3/h e 30.000 Nm^3/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume.

- Contrato de take or pay – Biogás: Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos etc).

25. Compromissos (consolidado)--Continuação

OMA – Biometano Verde Paulínia--Continuação

- Contrato de take or pay – Biometano: Edge compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos

Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano

Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi ("Contrato Itapevi") entre a BioE e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Edge" e, em conjunto com a BioE, "Partes").

Nos termos do Contrato Itapevi, a BioE, disponibiliza e venda biometano à Edge pelo prazo de 10 anos com início de fornecimento previsto para o segundo semestre de 2026, com um volume médio estimado de, no mínimo, 25 mil m³/dia de biometano.

Em relação aos aspectos comerciais, o Contrato tem preço fixo, corrigido pela inflação, e remuneração variável atrelada a métricas específicas estabelecidas nos documentos da contratação.

Parceria Estratégica para Aquisição do Biogás nas Regiões Metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto

Em 20 de setembro de 2024, a Companhia através de sua controlada BioE, firmou parceria estratégia para exploração do biogás dos aterros sanitários de Fazenda Rio Grande (localizado na região metropolitana de Curitiba/ PR) e Guatapará (localizado na região metropolitana de Ribeirão Preto/ SP), ambos de propriedade da Estre Ambiental – Em Recuperação Judicial ("Estre").

No contexto de tal parceria, BioE e Estre firmaram contratos de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada da ordem de até 170.000 m3 de biometano. O início de operação das plantas, que serão 100% de propriedade da BioE, está previsto para 2027.

25. Compromissos (consolidado)--Continuação

Parceria Estratégica para Aquisição do Biogás nas Regiões Metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto--Continuação

Os contratos preveem ainda responsabilidades entre as partes usuais a esse tipo de operação, tais como, mas não se limitando, obrigações de compra e entrega de biogás, penalidades, investimentos, adiantamentos e garantias, sob determinadas condições.

Produção de Biometano na Região de Bauru (SP)

Em 22 de outubro de 2024, a Companhia através da BioE firmou nova parceria estratégica para exploração do biogás do aterro sanitário de Piratininga, localizado na região de Bauru, estado de São Paulo, que é de propriedade da Estre.
As partes firmaram contrato de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, com termos e condições usuais a esse tipo de operação, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada de biometano da ordem de 25.000 m3 e início de operação estimado para 2027. A planta de biometano será 100% (cem por cento) de propriedade da BioE e amplia o posicionamento da OrizonVR no estado de São Paulo.

Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano do Ecoparque de Tremembé

Em 12 de novembro, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de biometano que será produzido no Ecoparque de Tremembé (“Contrato”) entre a Orizon Biometano Tremembé Ltda. (“Biometano Tremembé”), subsidiária integral da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda., e a Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. (“Neogás”) com garantia da Companhia Ultragaz S.A..

Nos termos do Contrato, a Biometano Tremembé disponibilizará e venderá biometano comprimido à Neogás pelo prazo de 10 anos, com fornecimento previsto para o início do terceiro trimestre de 2027 e um volume médio estimado de 35 mil m³/dia de biome.

26. Instrumentos financeiros

a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito.

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

		31/12/2024			
		Controladora		Consolidado	
	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	**3.488**	**3.488**	**493.299**	**493.299**
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	**-**	**-**	**150.926**	**150.926**
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	**-**	**-**	**254.263**	**254.263**
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	**360.355**	**360.355**	**9.478**	**9.478**
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	**-**	**-**	**6.066**	**6.066**
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	**419**	**419**	**106.723**	**106.723**
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	**501.066**	**501.066**	**1.867.298**	**1.867.298**
Arrendamentos	Custo amortizado	**-**	**-**	**107.701**	**107.701**
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	**42.485**	**42.485**	**-**	**-**
Outorgas a pagar	Custo amortizado	**-**	**-**	**12.502**	**12.502**
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	**-**	**-**	**158.561**	**158.561**

26. Instrumentos financeiros--Continuação

		31/12/2023			
		Controladora		Consolidado	
	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	36.299	36.299	289.426	289.426
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	16.506	16.506	33.608	33.608
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	232.740	232.740
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	360.011	360.011	3.006	3.006
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	-	-	10.938	10.938
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.295	1.295	59.533	59.533
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	487.076	487.076	1.125.389	1.125.389
Arrendamentos	Custo amortizado	-	-	52.386	52.386
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	44.045	44.045	-	-
Outorgas a pagar	Custo amortizado	-	-	14.818	14.818
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	3.976	3.976

A controladora indireta CTRNI possui contrato de *swap* para cobertura cambial da operação de crédito junto ao Banco Safra, conforme contrato firmado em junho de 2024.

A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado.

26. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia:

Nível 1 - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1.

Nível 2 - os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 são todos classificados como Nível 2.

Nível 3 - os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa.

26. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Hierarquia do valor justo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo.

A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2024:

		Controladora			
	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	**Nível 2**	**3.488**	36.299	**3.488**	168.875
Títulos e valores mobiliários	**Nível 2**	**-**	16.506	**-**	236.496
Contas a receber de partes relacionadas		**360.355**	360.011	**360.355**	190.039
Passivos financeiros					
Fornecedores		**787**	1295	**787**	312
Empréstimos e financiamentos	**Nivel 2**	**501.066**	487.076	**501.066**	418.912
Contas a pagar a partes relacionadas		**42.485**	44.045	**42.485**	11.676

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Hierarquia do valor justo--Continuação

		Consolidado			
	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	**Nível 2**	**493.299**	289.426	**493.299**	289.426
Títulos e valores mobiliários	**Nível 2**	**150.926**	33.608	**150.926**	33.608
Contas a receber de clientes		**254.263**	232.740	**254.263**	232.740
Contas a receber de partes relacionadas		**9.478**	3.006	**9.478**	3.006
Depósitos judiciais e cauções		**6.066**	10.938	**6.066**	10.938
Passivos financeiros					
Fornecedores		**106.723**	59.533	**106.723**	59.533
Empréstimos e financiamentos	**Nivel 2**	**1.867.298**	1.125.389	**1.867.298**	1.125.389
Arrendamentos		**107.701**	52.386	**107.701**	52.386
Partes relacionadas		**3.426**	20.949	**3.426**	20.949
Outorgas a pagar		**12.502**	14.818	**12.502**	14.818
Adiantamento de clientes		**158.561**	3.976	**158.561**	3.976

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo

A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos.

Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9.

26. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gestão dos riscos financeiros

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir:

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros.

A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos:

- Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa.

Risco de liquidez--Continuação

- Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão.
- Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a antiga Ecopesa (Incorporada pela OMA em maio de 2022) e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda.
- Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia.

26. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gestão dos riscos financeiros--Continuação

- Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de reperfilamento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas.

A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos financeiros

	Controladora					
Ativos financeiros	**Sem vencimento**	**Até 1 mês**	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	**3.488**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.488**
Partes relacionadas	**-**	**-**	**-**	**-**	**360.355**	**360.355**
Contas a receber de clientes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**3.488**	**-**	**-**	**-**	**360.355**	**363.843**

Risco de liquidez--Continuação

Ativos financeiros

	Consolidado					
Ativos financeiros	**Sem vencimento**	**Até 1 mês**	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	**493.299**	**-**	**-**	**-**	**-**	**493.299**
Títulos e valores mobiliários	**133.965**	**-**	**-**	**-**	**16.961**	**150.926**
Contas a receber de clientes	**36.500**	**8.558**	**23.978**	**125.252**	**59.975**	**254.263**
Total	**663.764**	**8.558**	**23.978**	**125.252**	**76.936**	**898.488**

26. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gestão dos riscos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

Passivos financeiros	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	327	50	42	-	-	419
Empréstimos e financiamentos	5.219	10.439	46.976	438.432	-	501.066
Partes relacionadas	-	-	-	42.485	-	42.485
Total	5.546	10.489	47.018	480.917	-	543.970

Passivos financeiros	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	97.451	4.520	4.634	118	-	106.723
Empréstimos e financiamentos	11.746	23.492	105.719	1.726.341	-	1.867.298
Arrendamentos	3.777	7.553	33.989	62.382	-	107.701
Partes relacionadas	-	-	-	-	3.426	3.426
Outorgas a pagar	12.502	-	-	-	-	12.502
Adiantamento de clientes	8.561	-	-	-	150.000	158.561
Total	134.037	35.565	144.342	1.788.841	153.426	2.256.211

Risco de crédito

O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito.

26. Instrumentos financeiros--Continuação

Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade.

Em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R$165.360 e R$155.584, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5).

Risco de preços

Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso.

Risco de taxa de juros

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa.

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável.

26. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gestão dos riscos financeiros--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI

A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Operação	Saldo 31/12/2024	Ativos (Consolidado) Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - exercício findo em 31/12/2024	**10,83%**			
Aplicações financeiras (Nota 5)	**133.965**	**138.754**	**148.708**	**164.731**
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2024		**14,40%**	**18,00%**	**21,60%**
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2021		**4.789**	**14.743**	**30.766**

Operação	Saldo 31/12/2024	Ativos (Consolidado) Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - exercício findo em 31/12/2024	**10,83%**			
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**1.867.298**	**1.934.044**	**2.072.801**	**2.296.134**
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2024		**14,40%**	**18,00%**	**21,60%**
Aplicações financeiras (Nota 4)		**66.746**	**205.503**	**428.836**

(*) Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora).

26. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gestão dos riscos financeiros--Continuação

Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos.

Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Caixa e equivalentes a caixa

Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis.

Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas

Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis.

Empréstimos e financiamentos

A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo.

Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos

Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis.

26. Instrumentos financeiros--Continuação

Partes relacionadas

Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento.

27. Cobertura de seguros (consolidado)

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2024, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se as coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Orizon Valorização de Resíduos S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, nos limites da sua competência, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, aprovadas pelo Conselho de Administração, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos trabalhos efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos em reuniões com a administração, incluindo com os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, bem como considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S.S., o Conselho Fiscal da Companhia recomenda a apreciação e aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA DA ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A. EXERCÍCIO SOCIAL 2024

Breve resumo do Comitê

O Comitê de Auditoria Não Estatutário ("COAUDI" ou "Comitê") da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("ORVR" ou "Companhia") é um órgão de assessoramento com autonomia operacional, vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria; é composto por 3 (três) membros independentes, observando-se as melhores práticas de Governança Corporativa e em atendimento a regulação do segmento do Novo Mercado da B3.

O Comitê de Auditoria da Orizon Valorização de Resíduos foi criado em 14 de dezembro de 2020.

De acordo com o que estabelece o seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2021, compete ao Comitê de Auditoria zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos da Companhia, fazendo recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros e de eventuais ações visando melhorias dos controles internos e a redução de riscos.

Os membros do Comitê de Auditoria foram reeleitos pelo Conselho de Administração através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2024 e possuem mandato unificado de 1 (um) ano, terminando na primeira reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Lista de reuniões realizadas

No ano de 2024, o Comitê realizou 12 reuniões, sendo 11 ordinárias mensais, com exceção de março. Todas as reuniões tiveram a presença de todos os membros do Comitê, exceto na reunião ordinária de 12 de novembro, que não contou com a presença de Régis Graciano. Além dos membros do Comitê, estiveram presentes representantes das auditorias interna e externa, Compliance, Riscos e Controle Internos, Relacionamento com Investidores, Controladoria, Meio Ambiente e Licenciamento, e Operações Ambientais e ESG.

O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Abaixo apresentamos as reuniões e respectivas pautas das reuniões do Comitê realizadas ao longo do ano de 2024:

- **Data**: 23 de fevereiro de 2024. **Ordem do Dia**: Apresentação do Plano de Auditoria 2023/2024; Atualização da auditoria do Planejamento Financeiro; e Atualização da Revisão da Matriz de Riscos Corporativos.
- **Data**: 23 de março de 2024. **Ordem do Dia**: Examinar e discutir a agenda do regime tributário de 2022 e 2023 do grupo Orizon, juntamente com seus impactos financeiros. Em seguida, serão apresentados o monitoramento dos apontamentos da Auditoria do 2º Ciclo Contábil, as diretrizes para a conclusão do 3º ciclo de suprimentos, o Paint 2023/2024 e o monitoramento do follow-up (FUP) 2021 pela área de Controles Internos para apresentação e aprovação.
- **Data**: 26 de março de 2024. **Ordem do Dia**: Examinar e discutir a agenda do regime tributário de 2022 e 2023 do grupo Orizon, juntamente com seus impactos financeiros; apresentação e monitoramento dos apontamentos da Auditoria do 2º Ciclo Contábil, as diretrizes para a conclusão do 3º ciclo de suprimentos, o Paint 2023/2024 e o monitoramento do *follow-up* (FUP) 2021 pela área de Controles Internos para apresentação e aprovação.
- **Data**: 19 de abril de 2024. **Ordem do Dia**: Atualização do Plano Anual de Auditoria Interna; Apresentação da auditoria do Planejamento Financeiro. Atualização da Revisão da Matriz de Riscos Corporativos; e Monitoramento dos planos de ação.
- **Data**: 14 de maio de 2024. **Ordem do Dia**: Examinar e discutir o relatório da administração, o balanço patrimonial da Companhia e as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao primeiro trimestre de 2024, encerradas em 31 de março de 2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.
- **Data**: 07 de junho de 2024. **Ordem do Dia**: Atualização do Plano Anual de Auditoria Interna; Atualização da Matriz de Riscos Corporativos; e Apresentação de resultados dos trabalhos da auditoria interna.
- **Data**: 19 de julho de 2024. **Ordem do Dia**: Atualização do Plano Anual de Auditoria Interna; e Status da Matriz de Riscos Corporativos.
- **Data**: 13 de agosto de 2024. **Ordem do Dia**: Examinar e discutir o relatório da administração, o balanço patrimonial da Companhia e as demais demonstrações financeiras intermediárias, ITR 2T24, referentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.
- **Data**: 14 de setembro de 2024. **Ordem do Dia**: Atualização do Plano Anual de Auditoria Interna; e Apresentação da atualização da Matriz de Riscos Corporativos.
- **Data**: 19 de outubro de 2024. **Ordem do Dia**: Atualização do Plano Anual de Auditoria Interna; Revisão da Matriz de Riscos Corporativos; e Apresentação sobre o IFRS S1 e S2.
- **Data**: 12 de novembro de 2024. **Ordem do Dia**: Examinar e discutir o relatório da administração, o balanço patrimonial da Companhia e as demais demonstrações financeiras intermediárias, ITR 3T24, referentes ao exercício encerrado em 30 de setembro de 2024, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.
- **Data**: 19 de dezembro de 2024. **Ordem do Dia**: Atualização do Plano Anual de Auditoria Interna; e Monitoramento dos planos de ação.

Adicionalmente, o Comitê, conjuntamente, ou de forma individual pelos seus membros, manteve diversos contados com a administração e com os auditores independentes, no sentido de se manter informado sobre os negócios da companhia e aspectos das demonstrações financeiras, no âmbito de suas atribuições.

Composição do Comitê de Auditoria Não Estatutário em 2024
A composição do COAUDI, juntamente com as datas de nomeação e comparecimento a reuniões estão estabelecidas abaixo:

- **Membro**: Karla Bertocco Trindade / **Cargo**: Coordenadora / **Percentual de Participação em reuniões**: 100%
- **Membro**: Régis Ricardo Grasciano / **Cargo**: Membro / **Percentual de Participação em reuniões**: 91,66%
- **Membro**: Wanderlei Costa Ferreira / **Cargo**: Membro / **Percentual de Participação em reuniões**: 100%

Atribuições do Comitê de Auditoria

No Regimento Interno do Comitê, cujas competências são desempenhadas em estrita conformidade com as exigências previstas nas Resoluções da CVM aplicáveis, no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social da Companhia, cabe ao COAUDI assessorar o Conselho de Administração da Companhia, no que concerne ao exercício das suas funções e assuntos sob sua competência, a análise e o monitoramento: (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e das áreas de controles internos, de riscos e de compliance da Companhia; (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a "Política de Gerenciamento de Riscos da Orizon Valorização de Resíduos S.A."; (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (f) receber denúncias internas e externas à Companhia. As avaliações do COAUDI se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, acompanhamento da área de compliance e relatos do canal de denúncias e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações financeiras, pelo planejamento e execução dos procedimentos das auditorias e das revisões, conforme normas reconhecidas, bem como responsável pela revisão das demonstrações financeiras interinas trimestrais. O parecer dos auditores independentes deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, legislação societária brasileira e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Os trabalhos de gestão de riscos, controles internos e auditoria interna são realizados pela Gerência Executiva de Compliance, Riscos e Controles Internos. A Companhia conta, além de sua equipe interna, com apoio de profissionais da PP&C Auditores Independentes ("PP&C"), bem como da AF&H Consultores com a supervisão da referida Gerência, a qual apresenta o reporte de suas atividades diretamente ao Comitê de Auditoria. O COAUDI é o órgão responsável pela revisão do plano anual de auditoria interna e monitoramento da sua execução.

Atividades do Comitê de Auditoria Não Estatutário em 2024

No exercício de 2024, até esta data, o Comitê de Auditoria Não Estatutário realizou diversas reuniões, conforme indicadas acima. Adicionalmente, foram realizados contatos telefônicos e por e-mail entre os membros do Comitê e com os administradores e auditores, internos e independentes, para discussão de aspectos específicos de interesse do Comitê.

Os Diretores e demais Executivos de diversas áreas da Companhia foram entrevistados ou solicitados a realizar apresentações sobre os temas conduzidos pela Companhia e de interesse do Comitê, sendo alguns executivos acionados por mais de uma vez no decorrer do período mencionado neste relatório.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, destacamos as seguintes:

Recomendações

Diversas recomendações motivadas pelos principais riscos de mercados: a exemplo de revisitação de contingências e passivos tributários; orçamento da Companhia; entendimento e acompanhamento de riscos com prestadores de serviços terceiros e quarteirizações; reconhecimento de receita; adequação da Companhia aos apontamentos da Carta de Controles Internos em compromisso com a CVM/B3; reporte perene à alta administração sobre os principais *red flags* das Auditorias, dentre outros temas relevantes; além do acompanhamento do cumprimento às recomendações e Planos de Ação propostos pelas áreas auditadas.

Conclusão

O COAUDI, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procedeu a análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos aos trimestras competentes e ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2024") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, pela Auditoria Interna e o Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes, julgou que estas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2024.

Desta forma, o COAUDI recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais de 2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela apresentação adequada das demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
Acreditamos que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão livres de distorções relevantes, incluindo omissões.
Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.
Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

A Diretoria da ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A., sociedade por ações com sede na Av. Das Nações Unidas, 12901, andar 8 sala B, Torre-Oeste, Brooklin Paulista ,Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04578-910, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.421.994/0001-36 (“Companhia”), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024.

31 de março de 2025.

Milton Pilão Júnior
Diretor Presidente

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores